

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DANIEL MEDEIROS CARRERA PAES

**MULHERES TRANS E TRAVESTIS:
A GARANTIA DE SEUS DIREITOS E O ACESSO DEVIDO AO MERCADO DE
TRABALHO**

MARIANA-MG

2023

DANIEL MEDEIROS CARRERA PAES

**MULHERES TRANS E TRAVESTIS:
A GARANTIA DE SEUS DIREITOS E O ACESSO DEVIDO AO MERCADO DE
TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço social.

Orientadora: Profa. Dr^a. Sheila Almeida Dias

MARIANA-MG

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P126m Paes, Daniel Medeiros Carrera.

Mulheres trans e travestis [manuscrito]: a garantia de seus direitos e o acesso devido ao mercado de trabalho. / Daniel Medeiros Carrera Paes. - 2023.

67 f.: il.: color., gráf..

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Dias.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo - Aspectos sociais. 2. Identidade de gênero. 3. Mercado de trabalho. 4. Minorias sexuais. 5. Pessoas transgênero. I. Dias, Sheila. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 613.88

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Daniel Medeiros Carrera Paes

Mulheres Trans e Travestis: A garantia de seus direitos e o acesso devido ao mercado de trabalho

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 12 de maio de 2023

Membros da banca

Dr.^a Sheila Dias Almeida - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto
Dr.^a. Adriana de Andrade Mesquita - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr.^a. Luiza Carla Cassemiro - Núcleo de Estudos da Zona Oeste (NEZO)

Sheila Dias Almeida, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 05/06/2023



Documento assinado eletronicamente por **Sheila Dias Almeida, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/06/2023, às 22:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0536796** e o código CRC **7D75E3FB**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a comunidade LGBTQIAP+ que iniciou os movimentos de lutas em busca de direitos iguais, de sermos respeitados, amados, aceitos, representados. Em especial a todas as mulheres trans e travestis, pois apesar de muitos não reconhecerem, são elas que estão na linha de frente de toda a comunidade, são as que mais tem seus direitos violados e as que ainda mais sofrem com a aceitação de seus corpos em sociedade, por isso, minha eterna gratidão.

À minha família, em especial aos meus pais, Roberta e Marcelo, sem eles nada disso poderia ter acontecido, eles acreditaram em mim quando eu mesmo duvidei se eu serei capaz. A minha avó, Irene, que foi tão difícil ficar tanto tempo longe, seu amor transborda.

As amizades que fiz durante minha graduação, tenho certeza que se não tivesse feito esses vínculos de amizades eu não teria aguentado tudo sozinho, compartilhamos as alegrias, sofrimentos e vitórias juntos, amo vocês. Aos meus amigos que estão comigo desde sempre, mesmo longe vocês sempre estiveram presentes, a amizade de vocês sempre me norteou e me colocou no eixo, amarei vocês eternamente.

Agradeço aos bons professores que passei durante a graduação, que conseguiram ensinar de forma dinâmica e aos que realmente se preocuparam em ensinar.

Aos profissionais que conheci no período de estágio, me mostrando o funcionar da profissão para além das aulas, em especial a Ana Claudia e a Letícia Lima, onde ambas formaram em Serviço Social na UFOP também, vou levar todo aprendizado e, espero, nossa amizade comigo.

A minha maravilhosa orientadora do TCC, que tornou essa última etapa muito mais tranquila do que eu esperava, cada encontro parecia uma terapia, me acalmando e tranquilizando para conseguir concluir este ciclo, minha eterna gratidão Sheila Dias.

“Você nunca tem completamente seus direitos, individualmente, até que todos tenham direitos.” — Marsha P. Johnson

“Bato palmas para as travestis que lutam para existir, e a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar.” — Linn da Quebrada

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar e problematizar a esfera estatal brasileira em relação ao tratamento que os corpos trans e travestis femininos são submetidas no dia a dia em sociedade. Esse sistema, submete tais corpos as mais diversas violações de direitos. Não à toa, o Brasil é destaque mundial, ao ocupar o 1º lugar do país que mais mata transexuais no mundo. Neste trabalho, vamos refletir sobretudo, quais avanços preconizam a garantia de direitos, as leis brasileiras de proteção e o papel de assistentes sociais nessa esfera de atuação. Portanto, faz-se necessário o debate do tema dentro da profissão, como profissionais que visam a garantia de direitos para todos, buscando da melhor forma o seu acesso, compreendendo e analisando os limites e desafios que transpõe o cenário político e social para esta população. A pesquisa é qualitativa e dirigiu-se a partir da apropriação dos métodos de revisão bibliográfica, análise documental e de análise de conteúdo, através de reportagens, pesquisas, documentos, publicadas em mídias digitais.

Palavras-chave: capitalismo; relações de gênero e sexualidades; mulheres trans; processo transexualizador.

ABSTRACT

The present work aims to analyze and problematize the Brazilian state sphere in relation to the treatment that trans and transvestite female bodies are subjected to in society on a daily basis. This system submits such bodies to the most diverse violations of rights. No wonder, Brazil is a world highlight, occupying the 1st place in the country that most kills transsexuals in the world. In this work, we are going to reflect, above all, what advances advocate the guarantee of rights, the Brazilian laws of protection and the role of social workers in this sphere of action. Therefore, it is necessary to debate the subject within the profession, as professionals who aim to guarantee rights for all, seeking their access in the best way, understanding and analyzing the limits and challenges that the political and social scenario poses for this population. . The research is quali-quantitative and was directed from the appropriation of the methods of bibliographic review, document analysis and content analysis, through reports, research, documents, published in digital media.

Keywords: capitalism; gender; relations and Sexuality; trans women; Transsexualization process.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. “Gráfico: Dados dos Assassinatos de pessoas trans e no Brasil entre 2008 a 2022”, Grupo Gay da Bahia (GGB).	34
Figura 2 Quadro: Cenário geral dos Assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2022”, ANTRA (2022)	37
Figura 3 Benny Briolly	50
Figura 4. Erica Malunguinho da	50
Figura 5. Duda Salabert	50
Figura 6. Lina Pereira dos Santos	51
Figura 7. Erika Hilton.....	51
Figura 8. Efe Godoy,.....	52
Figura 9. Liniker de Barros Ferreira Campos.....	52
Figura 10. Urias	53
Figura 11. Bianca Magro.....	53
Figura 12. Kátia Tapety	53

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANTRA - Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros
ASTRAL - Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro
CID - Classificação Internacional de Doenças
CIS – Cisgênero
CF/1988 - Constituição Federal de 1988
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual
ONU - Organização das Nações Unidas
OMS - Organização Mundial da Saúde
SUS - Sistema Único de Saúde
TRANS - Trans, Transgênera/o, Transexuais e Travestis.
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O ESTADO E O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR	21
2.1. A QUESTÃO DO GÊNERO E SEXUALIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA	21
2.2. A TRANSEXUALIDADE E A ESFERA ESTATAL BRASILEIRA	27
2.3. MERCADO DE TRABALHO PARA AS TRANS	41
3. AS CONQUISTAS E AVANÇOS DAS MULHERES TRANSEXUAIS/TRAVESTIS NO BRASIL JUNTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS, SOCIAIS E DA SAÚDE	45
3.1. LUTAS, AVANÇOS E OCUPAÇÃO DAS MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA EM BUSCA DE SEUS DIREITOS	45
3.2. O ASSISTENTE SOCIAL COMO INTERMEDIÁRIO NA GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES TRANS E TRAVESTIS	55
REFERÊNCIAS	63

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho, de Conclusão de Curso (TCC), tem por objetivo geral, discorrer sobre a relação entre capitalismo, machismo e os traços das heranças patriarcais que ainda sobressaem em sociedade, junto as implicações que permeiam a discussão de gênero. O nosso objetivo de investigação é problematizar o processo de opressão e exclusão que a sociedade capitalista burguesa faz com os corpos transgêneros¹, em específico, aos corpos de mulheres trans e travestis que se encontram na sociedade brasileira.

São corpos explorados, com os seus direitos como cidadãos negados. Sofrem nesta sociedade que não as enxergam para além do preconceito, inviabilizando-as e excluindo do mercado de trabalho formal. Olhando as suas demandas face à implementação das políticas públicas, em particular as de Assistência Social, em que medidas podem ser tomadas através das políticas de assistência, proteção social, vigilância socioassistencial e defesa social e institucional, onde se visa poder garantir os direitos sociais a todos, com uma possibilidade de poder mudar o triste cenário em que vivemos há tantos anos.

Esta é uma discussão feita a partir do processo de conclusão do curso de Serviço Social, na Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, em que gradua futuros assistentes sociais. Um curso que visa combater as injustiças existentes no país e garantir que a população possa ter o acesso aos seus direitos como cidadão, pois, por mais que os direitos existam nos papéis, a sua obtenção pode ser de difícil acesso para muitas pessoas.

O assistente social possui um Código de Ética do/a Assistente Social (1993), que a partir da pela Lei 8.662/93 de Regulamentação do Profissional e das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em vigor desde 1996, e juntos, materializam o conjunto de elementos que preconizam esta profissão.

¹ O prefixo trans- (oriundo do latim) significa “para além de”, “o outro lado” ou “o lado oposto”. O termo é utilizado como um “termo guarda-chuva”, e abarca todas as pessoas com identidades trans como transexuais, travestis, drag-queen, intersexo, entre outros. Transgênero, transsexual, é quando não há conformidade de gênero. Isto é: quando o gênero designado ao nascer não condiz com a maneira como a pessoa se identifica.

O assistente social é regido por um Código de Ética do/a Assistente Social (1993), em vigor pela Lei 8.662/93 de Regulamentação do Profissional. O código faz com que o profissional tenha para si os seus deveres e obrigações como profissional, o respaldando para que o mesmo sempre possa cumprir com os seus deveres, fazendo o seu trabalho da maneira correta, garantindo o acesso de direitos a seus usuários, não violando os direitos que os mesmos possuem, dando seu melhor atendimento e não fazendo funções que não cabe a si.

A Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional do CRESS-MG (2021, p.15), define o código como:

(...) o Código de Ética delinea parâmetros para o exercício profissional e define direitos e deveres das e dos assistentes sociais, buscando legitimar a profissão perante a sociedade e também garantir a qualidade dos serviços prestados. O documento também expressa a renovação e o amadurecimento teórico e político do Serviço Social e evidência, em seus princípios fundamentais, o compromisso ético e político assumido pela categoria.

O projeto ético-político do profissional é o empenho da profissão com a classe trabalhadora, em que Braz (2005) nos traz três dimensões que articulam e constituem a sua concretude. Nesta ordem temos: a dimensão da produção de conhecimento pelos assistentes sociais, a dimensão político-organizativa e a jurídico-política da categoria profissional. Nas palavras de Jackeline Araújo Silva (ARAÚJO. 2015, p.6):

A primeira dimensão refere-se à modalidade teórico-metodológica da profissão, que expressa a produção de conhecimento feita pelos próprios profissionais, com tendências teórico-críticas do pensamento social, não cabendo assim, pressupostos filosóficos conservadores que visam a manutenção da ordem. A segunda dimensão é a forma política como se organiza a profissão, por meio de entidades representativas, como: os Conselhos Federais e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e as outras associações políticas e os movimentos estudantis representada pelos Centros Acadêmicos (CAs), e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). E a terceira dimensão é a jurídico-política que apresenta o aparato jurídico da profissão. São conjuntos de leis e resoluções que instituem o Serviço Social como: o atual Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e as Diretrizes

Curriculares para a Formação Profissional, além do conjunto de leis da Constituição Federal de 1988, do Título VIII, da Ordem Social.

A escolha deste tema se dá a partir do momento que faço parte da comunidade LGBTQIA+², ao ser um homem cisgênero³ homossexual, e sentir a exclusão que corpos trans sofrem em sociedade, inclusive dentro do próprio meio LGBTQIA+, onde não são abraçadas como um todo nem mesmo em sua comunidade, as discriminando e não respeitando seus corpos. Analiso também a existência de um sistema que pode ser visto entrelinhas como um *cistema*⁴, onde dita as normas sobre os corpos em sociedade.

Junto ao meu processo de formação pude notar também a ausência de disciplinas e estudos na área das relações sociais de gênero, especificamente ao falar da temática da diversidade sexual, não falando e abordando adequadamente esses temas que cercam o dia a dia de um assistente social.

A única disciplina que o curso de Serviço Social da UFOP discute o tema de gênero e sexualidade é ofertada em uma eletiva nomeada “Raça/Etnia, Gênero e Sexualidades” que tive o prazer de fazer com a maravilhosa docente Jussara de Cassia Soares Lopes no ano de 2021, uma crítica a falta de discussão desta temática na grade curricular do curso, para além de eletivas.

² A Sigla LGBTQIA+, representa lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, queer, intersexual, assexuais, pansexuais, não-binários, o símbolo “+” representa todas as demais pluralidades que cabem dentro da sigla, e foi estabelecida a partir da conferência nacional. Dispõe diferenciação identitária, consistindo identidade sexual LGB (lésbicas, Gays, Bissexuais, Assexual,) e no que se refere a sigla T (travestis, transexuais, transgêneros e não binário), sendo essa uma identidade de gênero.

³ Dentro da concepção de gênero temos diversas identidades a serem reconhecidas, a cisgeneridade é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído ao nascimento. É aquele homem, aquela mulher, que se identifica com o gênero concedido ao nascer, sendo assim uma pessoa cisgênero.

⁴ Cito esta forma de escrita para fazer um jogo de palavras com as questões de gênero e levar um pensar sobre como as questões determinantes do sistema estão encarregadas por representantes cis. Cisgênero é a pessoa que se identifica com seu gênero imposto ao nascimento por condição da genitália. É uma palavra antônima de/para transgênero/transsexual. Dessa forma, segundo Silva (2004), a partir da teoria queer, estamos queer (homossexual, mas também “diferente”) e não straight (heterossexual, mas também “quadrado”).

Este é um tema que ainda é pouco falado dentro do curso de Serviço Social brasileiro⁵, os estudos feitos por matérias dentro do departamento na UFOP ainda são escassos, mas é um tema que vem sendo debatido com mais frequência pela sociedade e de extrema importância orientar os estudantes e os profissionais assistentes sociais.

Desta forma, o tema é escolhido também como uma forma de termos mais matérias de estudo sobre a temática dos corpos transexuais e travestis femininos. As questões de gênero e sexualidade estão entrelaçadas ao curso, ao serem temas que se encontram em constante violações de direitos, devendo ser mais debatido dentre os estudantes que se tornarão futuros profissionais.

Ao assistente social, que atua no triple da seguridade social, nas políticas sociais, públicas e previdência, este projeto enfatiza-se em poder garantir um compromisso igual às mulheres trans, visando equidade e liberdade. Podendo oferecer um compromisso as mesmas como cidadãs de direitos, visto que muitas pessoas ainda são movidas pelo preconceito e a transfobia ao falar deste grupo específico de mulheres, não tendo seus direitos garantidos em sociedade.

O curso apesar de ter uma grande referência marxista e carregar com sigo a militância pelos direitos sociais a todos, ele também tem em sua base de fundação um teor conservador católico, um conservadorismo cravado⁶, onde muitos assistentes sociais formados e em atuação levam suas crenças católicas/evangélicas ao seu campo de trabalho, havendo consigo um julgamento perante seus corpos devido às doutrinas religiosas, não fazendo o devido atendimento a essas usuárias e indo contra seu Código de Ética (1993).

Seus corpos merecem ser vistos e estarem em sociedade como os demais, é o começo da minha própria luta dentro de um movimento que já acontece e cresce cada vez mais, queremos ver seus corpos ocupando as

⁵ O percentual de brasileiros adultos que se declaram assexuais, lésbicas, gays, bissexuais e transgênero é de 12%, ou cerca de 19 milhões de pessoas, levando-se em conta os dados populacionais do IBGE. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/10/24/levantamento-quantitativo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-comunidade-algbt-no-brasil/#:~:text=O%20percentual%20de%20brasileiros%20adultos,os%20dados%20populacionais%20do%20IBGE.>

⁶ - Para uma análise detalhada desta crítica ao conservadorismo, cf. especialmente Netto (1998: 115-308) e Iamamoto (1992: 17-39)

escolas, faculdades, empregos formais, capas de revistas e sendo protagonistas em novelas, séries e filmes de TV e o que mais lhe for de seus desejos e sonhos.

Neste presente trabalho irei traçar o movimento trans e travesti feminino, trazendo questões de como a sociedade capitalista invisibiliza este movimento e o porquê disto, suas personalidades presentes, seus avanços e sua luta contra a sociedade capitalista em que vivemos, onde o patriarcalismo ainda é presente, colocando o gênero masculino cis sempre em evidência, trazendo um olhar da assistência, visando métodos para que possibilite um novo cenário para essa comunidade.

A Assistência Social é uma política de direito a todos, mas os corpos trans e travestis têm bastante dificuldade a este acesso, apesar dos assistentes sociais terem em seu Código de Ética (1993) o dever de garantir os direitos sociais de um usuário. No Código há garantias de direitos sinalizadas por Fundos Murrado (1993, p.62) como:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; (...) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; (...).

O profissional de Serviço Social necessita estar capacitado para lidar com tais demandas, com o intuito de modificar o atendimento a essa população, fortalecendo seus direitos e as suas multiplicidades de existência. Cabe aos profissionais de assistência social contribuir para “[...] a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente” (CFESS, 2018, p. 2). Assim, faz de reflexão e de dever ao profissional, repensar a melhor forma que irão trabalhar com as questões de gênero em seu campo de trabalho.

Neste projeto, estaremos passando brevemente pelos acontecimentos marcantes referentes ao movimento LGBTQIA +, pois ao se falar na área de estudo é algo ainda muito recente, a partir dos anos de 1970 a 1980 que começamos a ter mais visibilidade das pessoas queers⁷ em sociedade brasileira. Onde os movimentos sociais começaram a discutir questões de gênero e o patriarcado, em que o surgimento das primeiras manifestações e protestos se deu apenas em relação à homofobia, o crime cometido aos homens homossexuais, que era a causa de maior visibilidade da época.

A ideia de que as pessoas antigamente eram exclusivamente heterossexuais e cisgênero é um mito, pois as questões de gênero e sexualidade existem a mais tempo do que registrado, mas não tem a mesma visibilidade dentro de pesquisas e projetos.

Neste período também começa a ser visto com mais frequência corpos transexuais em sociedade, começando o processo legal de transição de gênero, onde em dezembro de 1971 foi feita a primeira cirurgia de mudança de sexo genital em uma mulher trans no Brasil⁸, seis anos depois, acontecia a primeira operação em um homem trans.

Este é um projeto em que é realizado compreendendo a sociedade capitalista contemporânea em que vivemos atualmente, onde o trabalho é

⁷ A sigla Queer reúne identidade de gênero (como transgêneros) e orientação sexual (como gays, lésbicas, bissexuais etc.), sendo assim pode ser usada para falar de toda a comunidade LGBTQIA+. Traduzido para o português como “estranho”, “esquisito” e “bizarro”, queer era o principal xingamento contra homossexuais e travestis nos Estados Unidos, sendo adotado pela comunidade como um símbolo de resistência e ressignificação. “No Brasil, o termo equivaleria a bicha, sapatão e traveco”, compara o psicólogo especialista em gênero e sexualidade (Bruno B. Andrade. O que é queer? 2022. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/o-que-e-queer/>. Acesso em:10/03/2023)

⁸ 'Monstro, prostituta, bichinha': como a Justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo do Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43561187#:~:text=Cinco%20anos%20antes%2C%20em%20dezembro,do%20tipo%20feita%20no%20Brasil>. Acesso dia 17/03/2023

categoria fundante do ser social⁹, assim, refletindo os pensamentos de Marx (1974, p.48) em relação a trabalho:

(...) o que sobrepõe é a relação do homem com a natureza por meio do trabalho e a humanização sob o aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho. As mudanças nas formas de trabalho constituem os indicadores básicos da mudança das relações de produção e das formas sociais em geral do intercuro humano. O trabalho é, portanto, o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral.

Trazendo a ideia de o trabalho ser o definidor do homem, que é através do mesmo que ele vai conseguir seu sustento e os meios para conseguir sobreviver e inserir-se na sociedade. Sabendo também do processo de exploração do trabalho em busca da mais-valia¹⁰, as jornadas exaustivas para receber um salário que não vale o seu tempo e esforço de trabalho, em um sistema ainda patriarcal, que em suma não iguala o salário entre os gêneros, onde o homem sempre terá a tendência de receber mais e obterá os privilégios dentro do trabalho só pelo fato de ser homem.

É necessário compreender que o processo de exclusão dos corpos transgêneros devem ser analisado desde à infância desses indivíduos na sociedade. As pessoas que transgredem a relação tida como natural sobre o sexo que lhes foi atribuído à nascença e a identidade e a expressão de gênero que socialmente lhes corresponde, possuem as leis de identidade de gênero que somente as respaldam ao ser uma pessoa adulta. Esta falta de garantia de direitos e o debate devido na sociedade sobre as trans identidade para os mais jovens, cria um ambiente de ignorância e de risco para estas crianças e suas

⁹ Lukács (2007, 2013) explica que embora não seja plenamente possível apreender e explicar a passagem do ser orgânico para o ser social, esta transição se deu sob a forma de um salto antológico que elevou o ser biologicamente determinado para um nível distinto. Havendo a superação da condição do ser meramente biológico a sua asserção como ser social um processo de ruptura, conservação e elevação que somente pôde ser percebido após sua efetivação (post festum). Onde a fundante para essa transição está o trabalho, que trouxe essa quebra de agir biologicamente passando a produzir meios de produção e subsistência. LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Livro II. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

¹⁰ A mais-valia é uma teoria marxista que representa a discrepância entre o salário pago e o valor produzido pelo trabalho. Entendida como o trabalho não pago, ou seja, são horas que ele cumpre valor pelas quais ele não é pago, gerando assim o lucro para a empresa.

famílias. Mas então o que seria a *identidade*, Judith Butler (1990, p. 42) em “Problemas de gênero - Feminismo e subversão da identidade”, traz:

O que pode então significar “identidade”, e o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes? Mais importante, como essas suposições impregnam o discurso sobre as “identidades de gênero”? Seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero.

Ao não ter debates e diálogos educativos sobre as questões de identidade de gênero e sexualidade devidos dentro das escolas, que desassocia essa visão binária e heteronormativa, outras realidades não são apresentadas a estes jovens, não há uma inclusão.

Neste cenário, a não conformidade com as expectativas que são impostas a estes jovens, é encarada pelos/as protagonistas escolares, onde se destacam os/as professores/as, como um problema e assim é comunicado à família.

O bullying é a face mais visível dos problemas e discriminações enfrentados na escola pelas crianças e jovens diversos em termos de gênero. E, como a análise empreendida revelou, é um problema que atinge intensamente esta população, tanto mais quanto a sua expressão de gênero não normativa for notada (Whittle, Turner, e Al-Alami 2007; Cabrera e Cabezas 2013; FRA 2014). Este parâmetro faz com que muitos jovens cheguem a desistir das escolas, onde futuramente afetará nos processos de contratação no mercado de trabalho, o bullying também eleva as tentativas de autoextermínio dessa população.

Deve-se compreender também que para além da luta e dos movimentos das mulheres trans e travestis, como é dado o retrato da mulher em sociedade em um todo, e aqui em específico as mulheres brasileiras, destaque as mulheres cis, em que é de um apagamento e exclusão desde os tempos antigos até os atuais.

Devendo dar ênfase a forma em que se deu à formação da compreensão do “sujeito”, seus grupos e classes sociais. Foi através de muita luta para que as mulheres cis conseguissem conquistar seus espaços em sociedade e reivindicar seus direitos como cidadãs.

Por muitos anos as mulheres foram vistas apenas como um objeto do homem, que estava ali para seu amparo e fazer seus deveres do lar, em que devia gerir a casa, tê-la limpa, cuidar de seu marido e dos filhos, ser recatada, ir à missa e ter uma imagem de santidade.

O capitalismo em sua essência, é cercado por um sistema machista, misógino e falocêntrico, onde em sociedade ainda prevalece os fatores biológicos, carregando consigo elementos de toda uma historicidade em que homens ditam como as mulheres devem agir em sociedade.

A visão da mulher sempre é colocada como incapaz para diversas atividades trabalhistas, reprimidas de opiniões, da sua sexualidade, do que ela é ou não capaz de fazer, além de serem alvos constantes de violências domésticas, sendo elas físicas e psicológicas.

Estudos científicos começaram a ser feitos por volta dos anos de 1980 (em meio à criação das delegacias das mulheres), onde começou a elaborar e sinalizar as razões para a violação crescente dos direitos das mulheres e, sobretudo, apontar as expressões da violência no cotidiano nacional. Santos e Izumino (2005, p. 2):

Entre os trabalhos que vieram a se constituir como referência a estes estudos identificaram-se três correntes teóricas: a primeira, que denominamos de dominação masculina, define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina; a segunda corrente, que chamamos de dominação patriarcal, é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomeamos de relacional, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice”

Cada uma dessas correntes influenciou e contribuiu para a expansão da produção científica acerca da violência contra as mulheres no Brasil. Ao passo que mudanças sociais e políticas iam acontecendo no país, novas percepções eram identificadas e abordadas pelos referidos estudos.

A revolução sexual (1960) e a emancipação feminina tiveram um papel fundamental nas mudanças que é vista nos casamentos, no amor, no mercado de trabalho e na sexualidade ao longo da modernidade, resultando em transformações radicais na vida e intimidade das pessoas, em especial na vida das mulheres, por uma sociedade mais igualitária. Maiana Diniz (2021) em reportagem para a Agência Brasil relata:

O feminismo é um tema que ganha cada vez mais força na sociedade brasileira. Na internet e nas ruas, mais brasileiras estão se manifestando em defesa da igualdade de gêneros e do fim da violência. No ano passado, a Marcha das Margaridas e a das Mulheres Negras levaram milhares de militantes a Brasília para pedir melhorias para a vida de 51,4% da população brasileira.

Por mais que em tempos atuais, após muitas lutas e conquistas, o cenário para as mulheres tenha tido uma melhora considerável, as mesmas ainda sofrem com os traços do machismo vivido em sociedade. Tatau Godinho (2021), secretária de Autonomia Feminina da Secretaria de Política para as Mulheres, relata em entrevista para a Agência Brasil, como as mulheres na sociedade brasileira ainda precisam lidar com desigualdades salariais, a pouca representatividade política e a violência. Ela avalia como:

As mulheres têm mais dificuldade de entrar e de chegar a cargos de chefia, e ganham menos que homens cumprindo a mesma função. O machismo faz com que mulheres sejam discriminadas no acesso aos melhores cargos.

E mesmo em um cenário em que as mulheres estudam mais que os homens, na tentativa de se qualificar mais para o mercado de trabalho, elas continuam encontrando uma série de barreiras no ambiente profissional, não sendo reconhecidas para ocupar os lugares que deveriam.

De acordo com o Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, a renda média dos homens brasileiros, em 2014, chegava a R\$ 1.831,30. Entre as mulheres brancas, a renda média correspondia a 70,4% do salário deles: R\$ 1.288,50. Já entre as mulheres negras, a média salarial era R\$ 945,90.

O avanço existente na sociedade é notório, as mulheres vêm cada vez mais ganhando seus espaços e reivindicando o que lhe é de seu direito, mas as

expressões do machismo presente no sistema capitalista não deixam de ser tão notórias quanto.

Dito isto, é neste cenário que encontra as mulheres transexuais e travestis, ao necessitarem terem o direito de serem seres sociais e até seres de mais-valia nesta sociedade capitalista, não possuem os meios e os acessos para que isso possa acontecer, o molde dessa sociedade capitalista não as inclui ao pensarem em seus corpos como ferramenta de trabalho.

Sinalizo também um avanço da linguagem portuguesa onde surge uma nova forma de linguagem aplicada, onde vêm ao contrário das formas empregadas ao referir somente os sujeitos de gênero binário. Ela amplia para as pessoas que não se auto identificam com o binário de gênero, assim, os pronomes existentes da língua portuguesa podem não os representar.

O então chamado “pronome neutro” é um termo utilizado para se referir a uma terceira forma de pronome que não se limita aos gêneros masculino e feminino. Ele é empregado como uma alternativa aos pronomes tradicionais "ele" e "ela" quando se deseja abordar indivíduos que não se identificam exclusivamente como homens ou mulheres. Como exemplo temos: elu (ao invés de ele ou ela); todes (ao invés de todos); amigues (ao invés de amigos); meninx (ao invés de menino ou menina).

O uso do pronome neutro é uma manifestação da busca por inclusão e respeito à diversidade de identidades de gênero. Ao adotar o pronome neutro, busca-se reconhecer e validar a existência de pessoas que se identificam fora do binarismo de gênero, proporcionando uma linguagem mais inclusiva e não discriminatória.

Em contraponto, opto por não utilizar o pronome neutro na elaboração deste trabalho. Ao meu ver, as mulheres trans e travestis lutam para reafirmar os seus pronomes como ela/dela, para serem aceitas como mulheres nesta sociedade que as reprime. Ao fazer pesquisas em relação às mulheres trans, não obtive acesso a uma porcentagem de mulheres transgêneros que se identificam com o gênero neutro. Desta forma, usarei os pronomes femininos para referir ao falar das mesmas e de seus corpos.

O trabalho foi desenvolvido em dois capítulos, fundamentado pelos autores Erika Farias, Guacira Louro Lopes, Jaqueline Gomes de Jesus, Marilda Villela Iamamoto, Mirla Cisne, et al. No primeiro será abordado o

compreendimento do Estado brasileiro em conjunto a sociedade civil referente as categorias de gênero e sexualidade, transpassando a esfera estatal em que liga as questões da transexualidade na sociedade brasileira, onde pode-se notar como o Estado encolheu nesses últimos anos, ao avanço do capitalismo mais o Estado se encolhe, enfraquecendo assim as políticas públicas. As consequências ao falar do mercado formal para as mulheres trans e travestis e, o fato de sermos o país que mais mata corpos trans no mundo e a realidade encontrada atualmente no Brasil.

O segundo capítulo mostrará um olhar às mulheres trans e do movimento LGBTQIAP +, suas histórias, lutas e avanços, junto aos lançamentos dos marcos regulatórios das políticas de saúde e assistência da pessoa transexual e a aproximação dos movimentos sociais da esfera pública. Adentrando também na questão do assistente social como um dos possíveis profissionais que possa assegurar os direitos desta população, fortalecendo seus vínculos com o Estado e a sociedade brasileira.

2. O ESTADO E O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR

Neste capítulo será trabalhado a questão de gênero e sexualidade na sociedade brasileira, o surgimento do assunto nas esferas de pesquisa, o conservadorismo presente em sociedade, os tabus e estigmas em sua compreensão. Sinalizando como gênero e sexualidade são distintos e amplos, não resumindo a uma visão heteronormativa cisgênero.

Seguindo para o âmbito das mulheres trans e travestis em sociedade brasileira, junto à esfera estatal presente. O preconceito em cima de seus corpos, a alta taxa de assassinatos que são cometidos, os estereótipos atribuídos ao silenciamento encontrado referente a sua existência. Um cenário crítico e alarmante, que busca mudanças imediatas.

Em conclusão, segue o mercado de trabalho e as oportunidades que lhes são dadas – praticamente inexistentes -, as mulheres trans na sociedade brasileira são submetidas a violações diárias. Seus corpos são obrigados a serem expostos às ruas, sem uma opção digna e formal para a mudança deste cenário.

2.1. A QUESTÃO DO GÊNERO E SEXUALIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Ao falar-se da discussão de gênero e sexualidade como modo de estudos e pesquisas, podemos dizer que no cenário brasileiro, o grande avanço nos estudos de gênero e sexualidade deu-se a partir dos anos de 1990. Diversos autores compreenderam a necessidade de falar sobre o tema, entre alguns dos trabalhos e pesquisas desse período estão as pesquisas da historiadora brasileira Guacira Lopes Louro (1997), a estadunidense escritora e ativista Bell Hooks (1992), a psicanalista Maria Rita Kehl (1998), a socióloga Berenice Bento (2006), acerca do isolamento das minorias de gênero na história da educação.

A singularidade do trabalho de Lopes (1997) está nos meios metodológicos de suas análises, baseadas não mais apenas nas orações marxistas ou nas pedagogias da conscientização, mas nas teorias pós-estruturalistas, e na grande exposição que teve o lançamento de seu livro: *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (1997). A partir daí, exploradoras/es de diversas áreas, entre importantes centros universitários do país, têm debatido temas como gênero e sexualidade a partir de uma visão culturalista e mais realista, quebrando com o padrão biológico dominante até então.

Segundo Guacira Lopes (2014), por meio das feministas anglo-saxãs, que gênero passou a ser diferenciado de sexo, com o objetivo de recusar o determinismo biológico implícito no uso da categoria sexo. Lopes (2014, p. 26) nos trás

O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. Ao dirigir o foco para o caráter “fundamentalmente social”, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre essas características biológicas. (...) As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na

história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

O debate sobre gênero deve ser expandido, para que socialmente possa desassociar as noções binárias, abrindo para uma diversidade de gêneros que quebram o masculino e feminino cis como acostumado, nas palavras de Guilherme Almeida (2018):

Utilizar a expressão “diversidade de gênero” implica também que nos aproximemos minimamente de uma certa compreensão da categoria gênero. A palavra sexo designa a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e, no máximo, a atividade sexual propriamente dita. Gênero distingue entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização do masculino.

Neste âmbito, o entendimento da sexualidade vai para além das questões de órgão genital e do entendimento de sexualidade como referência ao ato de reprodução sexual. Além de desassociar a vinculação normativa da sexualidade como modelo das relações heterossexuais, também fica o entendimento que sexualidade se associa a toda faixa etária, da criança ao idoso.

Ao falar de sexualidade no Brasil, compreende que a mesma é influenciada por uma série de fatores, em que inclui cultura, religião, a educação e normas sociais implícitas na sociedade. Possui em si uma singularidade em cada indivíduo, onde envolve aspectos sociais, individuais, atitudes, práticas e simbolizações de uma experiência única e marcada fortemente pela realidade a qual cada indivíduo vive. Historicamente, a sexualidade foi marcada pelo conservadorismo e a repressão existente dentro dele, especialmente no período da Ditadura Militar (1964-1985)¹¹, quando o Estado e os órgãos governamentais procuraram controlar e reprimir atitudes sexuais consideradas “obscenas” e “imorais”.

¹¹ A ditadura militar no Brasil foi um período de regime autoritário que durou de 1964 a 1985. O golpe militar foi liderado por um grupo de militares e apoiado por setores conservadores da sociedade brasileira. O regime foi caracterizado pela censura à imprensa, repressão política, tortura, desaparecimento e assassinato de opositores políticos. Durante o período, o governo militar controlava os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e muitos direitos civis foram suspensos. Em 1985, o país voltou à democracia com a eleição de Tancredo Neves para a presidência, mas ele faleceu antes de assumir o cargo, sendo sucedido por seu vice, José Sarney. A ditadura militar no Brasil é considerada um dos períodos mais sombrios da história do país.

Este cenário mostra mudanças nas últimas décadas, onde a partir de 1980, há um movimento crescente em defesa da liberdade sexual e dos direitos sexuais no Brasil. Desde então, organizações e movimentos sociais que lutam pela igualdade de direitos e pela visibilidade de minorias sexuais, como os LGBTQIA +, começam a aparecer no cenário de pesquisas e lutas sociais.

A sexualidade é um assunto que foi velado ao longo dos tempos, sendo associado a obscenidade, algo sujo e pecaminoso – ao relacionar a visão que muitas igrejas colocam em cima deste tema.

Através da compreensão de gênero e sexualidade em sociedade, é de notar, como instrumento de análise para mostrar as diferenças e hierarquias entre homens e mulheres e também em sua desnaturalização dos próprios gêneros das pessoas. O termo gênero pode ser entendido pelo o conceito expresso por Scott (1995): "gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder".

Nas relações de poder existentes, há exemplos simples a serem notados referente às questões de gênero que sobressaem na sociedade. Historicamente a virilidade é associada ao *masculino* enquanto a feminidade está vinculada ao *feminino*, assim, um homem ao ser uma pessoa carinhosa/emotiva já é associado ao feminino, onde socialmente será visto como possivelmente um homem homossexual, apenas por ter atos públicos que a sociedade estereotipa como atos do *feminino*.

O conceito do gênero na sociedade capitalista favorece aos homens, principalmente ao falar dos homens cisgêneros heterossexuais brancos¹², ao

¹² Fazendo um recorte de etnias, uma pessoa branca, principalmente se ela for cis, sempre terá maior privilégio em sociedade do que os demais. Homens brancos são vistos como a norma ou o padrão dominante em muitas sociedades ocidentais, levando a uma série de privilégios e benefícios. É importante ressaltar que nem todos desfrutam desses privilégios da mesma forma, em que outras variáveis, como a classe social, podem afetar este acesso de privilégios. Este sistema capitalista e sua estrutura existente na sociedade, favorecem alguns grupos em detrimento de outros, e deve ser reconhecido e trabalhado para garantir a equidade e justiça social entre todos. Uma leitura de Lia Schusman em *Branquitude e privilégio*, para melhor esclarecimento, disponível em *Violência e Sociedade: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo Brasileiro*. p. 137-150, 2018.

terem maiores privilégios em todos os cenários que envolve o simples fato de existir e viver no planeta Terra: seus salários são superiores, suas oportunidades de emprego são maiores, sua voz quase nunca será silenciada, o ato de sofrer algum tipo de violação/agressão sexual serem praticamente nulos. As situações e seus privilégios em sociedade elevam o seu ego há tal ponto de acreditarem serem “superiores”, mas na verdade eles são apenas privilegiados de terem nascidos homens cisgêneros heterossexuais em uma elite capitalista que é misoginia, machista e patriarcal.

Esta questão do estudo e das pesquisas sobre gênero, está atrelada a este fato da sociedade ter em si um sistema patriarcal e machista desde sua existência. Ao compreender o gênero e a sexualidade, é evidente que socialmente existe a separação entre os gêneros biológicos, em que há estigmas e associações sobre seus possíveis deveres/funções como portadores de cada gênero. Assim, Lopes (1995, p.103):

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico [...]; como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja etc. são “gentrificadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero).

A questão do gênero adentra na sociedade de tal forma que antes mesmo do nascimento de um bebê, no momento do ultrassom da gestante, há a revelação existente no ditado conservador “é menina ou menino”, o qual faz com que aquele pequeno feto passe a ter um gênero e em cima disto as normas de gênero construídas e impostas pela sociedade cai sobre ele. É de necessária compreensão entender que, o sexo é atribuído a condição biológica, já o gênero é uma construção histórico-social.

Essa compreensão de que gênero não está somente associado ao masculino e feminino, nem à masculinidade e feminilidade, mas sim, ao olhar o viver social presente na sociedade em que a mesma trabalha para que todos tenham apenas a cisgeneridade e a heterossexualidade como normatividade social. Sendo determinada exclusivamente pelo sexo de nascimento, que o determina de forma normal e natural, atualmente, é debatido com maior abertura a questão das pessoas que quebram esse binarismo existente acerca do tema.

As pessoas que se conformam dentro do binarismo de gênero, se identificando com o gênero que lhe foi designado ao seu nascimento, após o avanço dos estudos na temática e a compreensão melhor sobre tudo que envolve o gênero, essas pessoas passam a ser chamadas como cisgênero ou cisgênera. Viviane Vergueiro (apud DUMARESQ, 2014¹³) define cisgeneridade:

(...) como um conceito analítico que eu posso utilizar assim como se usa heterossexualidade para as orientações sexuais, ou como branquitude para questões raciais. Penso a cisgeneridade como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgeneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgeneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque essa posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades trans, por exemplo.

O termo cis – abreviação de cisgênero – é um conceito criado por ativistas e pesquisadores trans¹⁴, para indicar que todas as pessoas possuem identidade de gênero, sendo assim elas podem se identificar com o gênero que foi atribuído ao nascer ou identificar com o que lhe couber melhor.

¹³ O texto do site Transliteração foi uma resposta ao texto de Carla Rodrigues, intitulado O cisgênero não existe. Disponível em: <https://blogdoims.com.br/o-cisgenero-nao-existe/>. Acesso dia 17/03/2023.

¹⁴ O termo cisgênero foi utilizado pela primeira vez por um homem trans holandês chamado Carl Buijs para falar de pessoas que não são trans, ou seja, para se referir a pessoas as quais sua identidade de gênero está em concordância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer (vale recordar que a anatomia é desde sempre gendrada, cirurgiada pela cultura do gênero e pelas formas de conhecer e representar nos termos binários). Para mais detalhes consultar: LEONARDO, Rafaela Cotta; ATHAYDE, Thayz; POCAHY, Fernando Altair. O conceito de cisgeneridade e a produção de deslocamentos nas políticas feministas contemporâneas. V Seminário Internacional enlaçando sexualidades. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

A cisgeneridade é comumente vista como a única forma aceita, mas as causas e as lutas sociais, transpõem essa visão limitada e preconceituosa e reivindicam a visibilidade para as pessoas transgêneros, travestis, transexuais, com o gênero fluido e não-binários.

Há uma dificuldade de compreensão na diferenciação de gênero e sexualidade, que ao se falar de pessoas trans há só um tipo de sexualidade, sendo necessários enfatizar que estes por sua vez, possuem diversas orientações sexuais, tendo como: heterossexuais, bissexuais, homossexuais, pansexuais e assexuais.

2.2. A TRANSEXUALIDADE E A ESFERA ESTATAL BRASILEIRA

Dado a compreensão de gênero e sexualidade, das quais vimos sua singularidade das múltiplas expressões que fogem do olhar conservador e binário, ao que se refere o conceito da travestilidade¹⁵, essas trans identidades, que transgredem as normas, sendo corporalidades transgressoras, por seus gêneros e suas sexualidades que fogem o binarismo e a heterossexualidade normativa na sociedade. Em concordância com Jesus (2012), “às travestis nascem com o sexo biológico masculino, mas assumem cotidianamente comportamentos femininos, mas pode não se reconhecerem como homem ou mulher”.

A população trans, travesti e não-binário existe em número considerado, mesmo com o grande esforço do Estado para sua invisibilização perante sociedade. Erika Farias (2023, p.12), traz na matéria exclusiva, “POPULAÇÃO TRANS: UM (LONGO) CAMINHO PARA A SAÚDE UNIVERSAL”, no mês da visibilidade trans, pela revista Poli – Saúde, Trabalho e Educação:

Cerca de 1,9% da população adulta brasileira, ou aproximadamente 4 milhões de pessoas, são transgênero e não

¹⁵ O termo travestilidade se refere a identidade de gênero travesti. Passou a ser utilizada como “uma proposta que contempla a “multiplicidade de possibilidades” entre as mais variáveis experiências e modos de vida de travestis, o termo travestilidade tenta não engessá-las em concepções generalistas, levando em consideração suas processuais idades e diferentes formas de existência (AMARAL, et. al, 2014, p.303).

binárias, segundo levantamento feito pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (FMB/Unesp). Apesar do alto número, o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda não inclui perguntas sobre sexualidade e identidade de gênero em seu questionário, gerando uma invisibilidade nos dados oficiais. “Isso aumenta a dificuldade em termos dados estatísticos sobre a situação dessa comunidade para que a gente possa pensar em políticas públicas. Sem esses dados a gente não consegue mensurar, por exemplo, qual é o impacto da dificuldade no acesso aos cuidados para as pessoas trans na sua saúde física e mental”, pontua a Secretária-executiva da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), Bruna Benevides.

O termo travesti há muito tempo é usado como pejorativo entre a sociedade, vinculando à imagem da marginalidade, de violência, e a associação com a prostituição sendo uma identidade que se refere a pessoa que é transgressora do padrão binário entre homens e mulheres (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p. 10-11).

Aqui no Brasil e em boa parte do mundo, acostumou-se a lidar somente com o homem e a mulher. Sendo assim, qualquer coisa que fuja desse binarismo é olhada com preconceito e com discriminação. Como as travestis rompem com o muro entre o masculino e feminino, são colocadas sempre à margem da sociedade [...] o movimento organizado compreendeu que era preciso tirar o estigma desses termos e afirmar o seu lado positivo. Por isso, resolveu adotar o termo travesti como uma afirmação dessa identidade e, a partir dela, encontrar exemplos positivos para que a sociedade pudesse perceber que essa população é igual às demais

A palavra “trans” é um termo guarda-chuva que se abrange as identidades Transgêneros, Transexuais, e Travestis, que não são cisgêneras (JESUS, J, 2012). Tem o significado de “mudança e trânsito”, de acordo com seu prefixo e origem etimológica. No que tange os conceitos de identidade de gênero de homens e mulheres trans, e suas devidas orientações sexuais, o Ministério da Saúde (2016, p. 5-6) descreve que:

Mulheres transexuais: são mulheres que não se identificam com seus genitais biológicos masculinos, nem com suas atribuições socioculturais e, em alguns casos, podem, através de modificações corporais (hormonioterapia e/ou cirurgia de redesignação sexual), exercer sua identidade de gênero feminina de acordo com seu bem-

estar biopsicossocial. Identificam-se como mulheres (identidade de gênero) e podem ser heterossexuais, homossexuais e bissexuais (orientação sexual). Homens trans: são homens que não se identificam com seus genitais biológicos femininos, nem com suas atribuições socioculturais e, em alguns casos podem, através de modificações corporais (hormonioterapia e/ou cirurgia de redesignação sexual), exercer sua identidade de gênero masculina de acordo com seu bem-estar biopsicossocial. Identificam-se como homens (identidade de gênero) e podem ser heterossexuais, homossexuais e bissexuais (orientação sexual).

No Brasil, as mulheres transexuais enfrentam diversos desafios em relação aos seus direitos como cidadãos e com sua inclusão social. A discriminação, a violência e a exclusão ainda são problemas comuns e cotidianos enfrentados por essa população. Onde, há obtenção de um trabalho formal é quase nula, os olhares e preconceitos enfrentados diariamente ao sair de casa, os estigmas que lhe são atribuídos, entre tantos outros desafios que as mesmas sofrem.

Além de serem marginalizadas diariamente, as oportunidades existentes através do Estado são escassas e não abraça o movimento como um todo, sejam nos seus direitos mais básicos até a obtenção de um emprego formal, nas palavras de Cisne (2015, p. 28-29) é necessário evidenciar que,

No interior do campo dos “transgressores” da heterossexualidade, existem desigualdades e preconceitos mais acentuados para alguns, como, por exemplo, para os trans. Isso impacta diretamente na desigualdade no mundo do trabalho, posto que esses sujeitos, assim como as mulheres, estão mais expostos aos trabalhos precarizados. Apesar de reconhecermos a multiplicidade dos sujeitos inseridos em uma mesma classe, não queremos isolá-los em suas “identidades”. Ao contrário, precisamos perceber o sujeito classe trabalhadora, em sua totalidade, o que exige desvelar suas particularidades e singularidades. A classe como determinação central não pode secundarizar os demais elementos estruturadores desse sujeito, da mesma forma que tais elementos não podem subtrair a classe. Daí nossa insistência em perceber as relações entre classe, “raça” /etnia e as “relações sociais de sexo” como uma unidade dialética que determina o sujeito totalizante: a classe trabalhadora.

Seus principais veículos de busca por um melhor cenários são os movimentos sociais que estão cada vez mais presentes, sendo um elemento

chave na luta pela promoção dos direitos e de suas inclusões, e as ONGs que têm desempenhado um papel fundamental no movimento trans feminino, oferecendo suporte, educação e advocacia para a comunidade.

Em relação aos paradigmas de gênero e sexualidade, acha-se por trás o preconceito e a discriminação, na qual é unida por esse sistema patriarcal, com suas ideologias sexistas e sua dominação-exploração capitalista que padronizam o gênero e a sexualidade como uma única unidade.

Através disto, há inúmeras formas de opressão, discriminação e LGBTQIA+fobia¹⁶ no mundo capitalista, em que se materializa em formas específicas de opressão como homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, intersexofobia, entre outras (GONZAGA e GALLAS, 2019).

Em entrevista para o programa “Conversa com o Bial”, transmitido em agosto de 2020, Linn da Quebrada, artista travesti performista, fala um pouco sobre o problema dos transgêneros com os banheiros de lugares públicos, segunda a mesma

“(...) o banheiro é uns dos maiores exemplo de instrumento de normalização e produção de gênero, o banheiro não é um local para você fazer suas necessidades, pois poderiam ser divididos de outra forma, poderia ser ‘banheiro para quem faz xixi sentado’ ou ‘banheiro para quem faz xixi em pé’(...). O banheiro é um instrumento normatizador e produtor de gênero, porque ali todos seus instrumentos presentes como o mictório – onde os homens vão ali para mostrar para todo mundo que mijam em pé -, sem nada para tampar, em que o mictório não é algo necessário e sim uma reafirmação da masculinidade, e os espelhos, que mostram quem são os corpos que estão indo, entrando e saindo, para caso seja necessário alguma pessoa possa denunciar que aquele corpo não deveria estar ali (...)”.
(Linn da Quebrada, fala retirada do programa, 2020)¹⁷

¹⁶ No dia 13 de junho de 2019, a LGBTQIA+fobia se tornou crime no Brasil. “os LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) se constituíram, rapidamente, em uma das populações que mais sofrem violações em seus direitos humanos no Brasil. Muitas dessas violações aos direitos atendem pela rubrica LGBTfobia, que pode ser considerada no sentido de qualquer manifestação hostil, física, psicológica, social ou institucional praticada contra pessoas que apresentem divergência com a norma heterossexual” (GONZAGA e GALLAS, 2019, p.282).

¹⁷ Linn da Quebrada canta ‘Quem Sou Eu’ exclusivamente para Pedro Bial - 10/08/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8767867/?s=0s>. Acesso dia 17/03/2023

O ato de ir ao banheiro se torna um movimento de luta para as mulheres trans, onde não são aceitas pelos “vigilantes de gênero” que estão presentes para reafirmar que sua presença ali não é correta e desejada.

Um outro movimento de luta dessa classe é a aceitação dos seus órgãos sexuais para a sociedade, em que sempre as invalidam por dizerem que não pertencem ao gênero que se identifica por muitas ainda terem um órgão sexual biológico. Na música “Mulher”, Linn (2017) diz “Ela tem cara de mulher, ela tem corpo de mulher, ela tem jeito, tem bunda, tem peito e o pau de mulher!”, reafirmando que o órgão genital que possui não diz a ela e nem a sociedade quem ela é ou deveria ser, e sim o que ela se identifica.

Uma mulher transexual não necessita fazer uma cirurgia e remover seu órgão para assim então ser aceita em sociedade como mulher, a partir do momento que uma pessoa se identifica e assume transexual é isso, o seu órgão não deveria ser uma pauta de validações à sociedade.

Os crimes e violências cometidos em cima de seus corpos muita das vezes não chegam nem há serem registrados, segundo a ANTRA¹⁸ (2022), apesar de todos os esforços feitos pelas instituições que produzem informações sobre a violência contra pessoas LGBTQIA +, continuamos com uma ausência extrema de dados governamentais e sem informações sobre a população LGBTQIA + vinda do Estado. Sejam dados populacionais ou específicos sobre acesso à saúde e os impactos da violência, entre outros.

A invisibilidade continua junto ao apagão e a subnotificação intencionais. Assim como a dificuldade de busca de informações nos estados e municípios, que seguem omissas as respostas diante da situação geral em que pessoas LGBTQIA + vem sendo (ex)postas. O próprio Atlas da Violência já vem denunciando a dificuldade de obter informações sobre LGBTfobia em seus levantamentos. (ANTRA, 2022, p.12)

As violências e assassinatos que ocorrem as mulheres transexuais tendem a ser àquelas que estão mais marginalizadas na sociedade, as que seus acessos a direitos mínimos estão escassos.

¹⁸ A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), é uma rede nacional que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população de Travestis e Transexuais.

Existindo um recorte maior as mulheres trans e travestis pretas, que tem seus corpos como alvos maiores, porque além de lidar com a transfobia existente no Brasil, precisam lidar com o racismo também. Vivem constantemente com medo da violência, em qualquer espaço público. A ANTRA (2022, p. 39) decorre sobre:

. (...) Exatamente por estarem mais expostas a discriminação e violência – em especial a violência de gênero, motivadas pelo discurso de ódio e incentivo a aniquilação de suas existências, pelo lugar desumano e abominável em que tem sido colocada.(...) Geralmente, ocorrem contra pessoas trans empobrecidas que têm pouco acesso às tecnologias de gênero, à saúde, à educação e/ou as políticas públicas, sejam os direitos básicos comuns a toda população ou específicos alcançados pela comunidade trans. Vemos ainda que vivem com poucos recursos financeiros ou estão completamente fora do mercado formal de trabalho, especialmente quando fazemos um recorte sobre pessoas trans negras, com deficiência e/ou periféricas, esses marcadores colocam uma parcela significativa dessas pessoas em situação de alta vulnerabilidade e precarização de suas existências.

Através da pesquisa elaborada pelo Jornal Hoje e publicada no final de dezembro de 2022¹⁹, nota o descaso do Estado em relação à LGBTQIA +fobia existente, seja pelo sistema judiciário ou pela segurança pública, polícias civis e militares, nenhum tem sido capaz de conferir a real importância sobre a produção de informações sobre o cenário da violência contra pessoas LGBTQIA+ (ANTRA, 2022).

Desde 2017 a ANTRA (2022, p.13-14) desenvolve pesquisas sobre as relações dos dados governamentais que são divulgados em relação a comunidade LGBTQIA+, e em seu último lançamento de 2022, contesta estas mesmas respostas – ou a falta delas - apresentadas pelos órgãos de segurança pública nestes 6 anos, mesmo após a criminalização da LGBTQI +fobia²⁰. Ressaltando algumas delas:

- a) Governos estaduais que não têm quaisquer informações sobre violência contra pessoas LGBTQIA+;
- b) Estados que

¹⁹ Crimes de homofobia sobem no Brasil e vítimas relatam dificuldade de registrar ocorrência em delegacias. Disponível: <https://globoplay.globo.com/v/11232168/>

²⁰ O Supremo Tribunal Federal – ST, em 13 de junho de 2019, decidiu pela criminalização da homofobia e da transfobia, com a aplicação da Lei do Racismo (7.716/1989).

apresentaram dados mostraram um número altamente dispare em relação ao que instituições da sociedade civil, através de dados publicados nas mídias, têm levantado – o que nos faz pensar sobre como uma instituição que tem todo aparato equipamentos a sua disposição, tem recursos humanos, materiais e técnicos para tal, consegue apresentar pouquíssimas informações de forma tão displicente e dados tão distantes da realidade(...) d) O uso dos campos orientação sexual, identidade de gênero e motivação presumida têm informações inexistentes ou ignorados na hora do preenchimento;(...) f) A violência institucional no ambiente das delegacias ainda se mostram hostis as pessoas LGBTQIA+, afastando essas pessoas da possibilidade de registro e, conseqüentemente, da geração de dados(...)h) Não há transparência quanto a essas informações, mesmo através da Lei de Acesso à Informação (LAI) as respostas chegam de forma desconexas ou inconclusivas.

Tais dados sinalizam o quão ausente e selecionado o Estado e os órgãos que o institui é referente às demandas da comunidade LGBTQIAP +. Este abandono que a comunidade LGBTQIAP + sofre infelizmente não são os únicos, ressaltando cada membro como pessoas sujeitas a sofrerem preconceitos e discriminações em sociedade por suas orientações sexuais e gêneros, quem mais sofre neste cenário são as mulheres transexuais.

O Brasil, em um cenário catastrófico, segue sendo líder mundial em assassinatos de pessoas trans no mundo²¹, isto pelo 14º ano consecutivo, de acordo com a última atualização da ONG Transgender Europe (TGEU)²².

De acordo com a Figura 1, dados coletados pelo GGB (2016) e pela ANTRA (2022), foram registrados pelo menos cento e trinta e um assassinatos de pessoas trans no ano de 2022, sendo cento e trinta mulheres transexuais e travestis, a maioria das vítimas tinham entre 18 e 29 anos, e apenas um homem

²¹ Brasil líder mundial de assassinatos trans pelo 14º ano consecutivo. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/brasil/brasil-lider-assassinatos-trans/>

²² Anualmente, a organização Transgender Europe (TGEU), atualiza os dados da pesquisa Trans Murder Monitoring (TMM), ou Observatório de Pessoas Trans Assassinadas na tradução livre em português. A TGEU monitora experiências de pessoas trans e gênero-diversas com violência e criminalidade desde 2009 e costuma divulgar dados atualizados do TMM no dia 20 de novembro, Dia da Visibilidade Trans

trans, não sendo encontrado nenhum caso de assassinatos de pessoas não-binárias.

Dados dos Assassinatos de pessoas trans e no Brasil entre 2008 a 2022

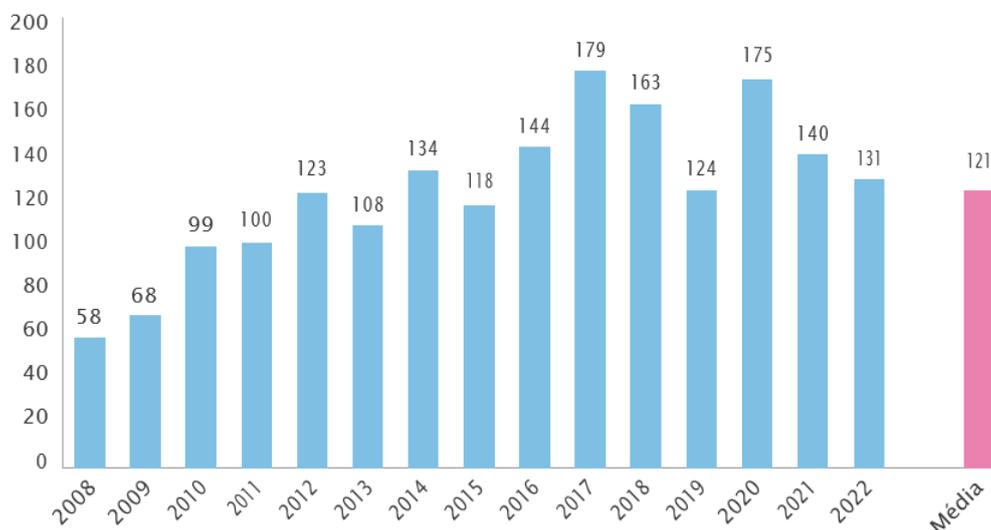


Figura 1. “Gráfico: Dados dos Assassinatos de pessoas trans e no Brasil entre 2008 a 2022”, Grupo Gay da Bahia (GGB).

Nota um aumento de 126% de 2008 para 2022, dado seu primeiro levantamento global pela ONG Transgender Europe (TGEU). Esses números e a gigantesca diferença entre a quantidade de mulheres trans e travestis para os homens trans assassinados, ressalta o quão o corpo transexual e travesti feminino é o maior alvo de brutais assassinatos. Mensalmente:

(...) 2022 estabeleceu uma média de 11 assassinatos por mês. Durante os meses de fevereiro com 20 casos, abril com 16 casos, maio com 14 casos, outubro tivemos 12 casos e novembro ficou dentro da média com 11 casos. Observamos um número de casos superiores à média em 2022. É importante destacar que 61% dos assassinatos ocorreram durante o primeiro semestre. (ANTRA, 2022)

Enfatiza-se a perseguição e violência, em que se gera a violação dos corpos trans e travestis femininos. Um cenário auto explicativo para a baixa expectativa de vida de uma mulher trans, onde chega a apenas 35 anos no

Brasil²³. Tais dados mostram como a violência e violação contra esses corpos evidenciam-se muito mais.

Através do patriarcalismo²⁴ ainda presente na sociedade, cria-se o ódio ao ter a visão corrompida pelo preconceito e machismo. Esta masculinidade que é imposta e exercida pelos homens, pode chegar a criar grandes monstros que normalizam a violência. Nas palavras de Maria Cecilia (2005, p.23-24):

Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o "impensado" e o "naturalizado" dos valores tradicionais de gênero. Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas.

Quando esta sociedade movida pelo machismo e sua transfobia, não consegue aderir à sua concepção de que uma pessoa que nasce biologicamente homem pode se tornar mulher, seu lado opressor prevalece. Estes seres transfóbicos, não conseguem enxergar para além de suas minúsculas bolhas cisgênero e heteronormativa, e acreditam que uma pessoa transexual escolhe se tornar do gênero oposto ao seu nascimento. Onde, como já explicado, não é sobre uma escolha, e sim, uma compreensão do seu próprio corpo.

Deste ver, para muitas pessoas pode ser difícil sair dessa pequena dimensão de visão, para eles é como se as mulheres trans e travestis

²³ A cada 48 horas uma travesti ou mulher transexual é assassinada no Brasil, sendo que cerca de 70% das vítimas têm entre 16 e 29 anos, o que contribui para que a expectativa de vida da população trans no Brasil seja a menor do mundo, em torno de apenas 35 anos, sendo as pessoas negras aquelas que enfrentam os piores processos de precarização de suas vidas e tem menor escolaridade, assim como menor acesso à saúde, incluindo a saúde mental, sexual e reprodutiva. (ANTRA, 2022)

²⁴ A violência do homem não pode ser atribuída exclusivamente ao patriarcado, mas é inegável que essa estrutura social contribuiu para a perpetuação da violência contra as mulheres e as demais minorias. Sob o patriarcado, os homens são socializados para serem dominantes, agressivos e controladores, onde cria pequenos opressores e agressores desde pequenos, dando continuidade a esta triste hierarquia.

escolhessem “perder”²⁵ o privilégio de serem “homens” nesta sociedade que é movida pelos homens cisgêneros, os quais acreditam estar em um pedestal superior e, muitas das vezes, são ensinados e até mesmo vistos nesses espaços como “seres superiores”.

Ao “abrirem mão” de tudo isso, não são aceitas como o indivíduo que são. Homens cisgêneros heterossexuais, em suma, tendem a ter a necessidade de provar sua masculinidade e virilidade, ao negar possibilidades de realidades paralelas e diferentes das suas, Silva (2014, p.2811):

Sendo assim, o sentido da violência de gênero praticada pelo homem é a reafirmação de sua preponderância na sociedade: demarcando sua dominação sobre as mulheres, sua superioridade diante de outros homens e reafirmação de sua virilidade.

Esta negação, é movida pelo ódio, pela não aceitação desta sociedade que acha mais fácil cometer crimes aos seus corpos por ainda os verem como corpos masculinos/masculinizados, por discriminarem religiosamente, por associarem a algo não natural e pecaminoso.

O trans feminicídio, pode ser entendido a partir de Berenice Bento (2014, p.1) [...] como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo. Muitos dos casos de assassinatos são executados por parceiros destas vítimas, que tenham relacionamentos afetivos/sexuais ou encontros casuais. Segundo a ANTRA (2022, p.54):

Apesar de haver poucos dados sobre a identidade dos suspeitos, das 131 fontes encontramos apenas 32 notícias em que os suspeitos foram identificados ou presos, esse ano pela primeira vez todos eram homens cisgêneros. (...) Dentre os casos encontrados, 15 conheciam a vítima, tinham/tiveram relacionamento afetivo e/ou sexual ou encontros casuais. Outros 15 ocorreram em contextos de programas sexuais contratados pelos suspeitos. Encontramos 1 vítima que foi assassinada durante uma abordagem policial e houve 1 caso onde o suspeito era irmão da vítima. Novamente, chamou atenção a

²⁵ Utilizo o uso das aspas para sinalizar uma compreensão de como as pessoas transfóbicas e preconceituosas enxergam as pessoas trans em sociedade. Onde diminui o movimento para algo banal, como se fosse uma frescura, justificando os atos transfóbicos que os mesmos cometem.

quantidade de menores de idade que participaram dos crimes onde os suspeitos foram identificados ou presos pela polícia.

Em suma, para estes agressores, seus atos nunca serão contra um corpo feminino e sim, em termos pejorativos que são utilizados para tratar os corpos trans e travestis contra: um “traveco”, uma “bixa”, um “viadinho”²⁶, tendo como justificativa para seus atos vergonhosos e criminosos, que matam e agridem mulheres trans e travestis diariamente.

Mulheres trans e travestis, se encontram socialmente e politicamente invisíveis em questão de garantia de direitos, de serem aceitas no mercado de trabalho formal, de serem reconhecidas como cidadãs, do olhar de representantes políticos para promover mudanças, mas, as mais visíveis quando o assunto é o preconceito e o ódio. São destaques, quando é para ter seus corpos brutalmente assassinados, para serem alvo de violências físicas, psicológicas e vítimas das mais perversas agressões verbais. Mártires de uma sociedade que escolhe as deixarem invisíveis, que por muitos, só iria ser vivido o seu apagamento.

Um levantamento feito pela ANTRA (2022) sinaliza que estes assassinatos registrados não condizem com a realidade, tendo estes números atravessados. A falsa sensação de melhora não deve ser motivo de diminuir a luta por um país melhor e mais seguro para as pessoas transexuais. Abaixo, segue a Figura 2, onde mostra mais detalhadamente os motivos pelos quais não se deve considerar apenas os assassinatos registrados.



Figura 2 Quadro: Cenário geral dos Assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2022”, ANTRA (2022)

²⁶ Alguns dos xingamentos transfóbicos utilizados pelas pessoas que destilam ódio e preconceito as pessoas trans e travestis.

As pessoas que estão em estado de poder na sociedade, que cuidam da segurança, educação e saúde do país, os agentes de Estado, como policiais, seguranças, médicos, professores, assistentes sociais... necessitam compreender que os corpos trans e travestis femininos também são corpos de direitos.

Uma situação de abuso de poder e transfobia ocorreu em Joana Bezerra, no Recife (PE), ocorrido em 04 de fevereiro de 2023²⁷. Um vídeo viralizou na internet após uma professora transexual descer no terminal de ônibus para pedir ajuda após ato de transfobia que havia sido cometido dentro do ônibus e logo ao descer, é agredida com um tapa no rosto por um dos PM, na intenção de contê-la.

Um cenário de abuso de poder recente, que está sendo debatido por ter sido exposto na internet e viralizado, mas não é um caso isolado. Esta sociedade machista, patriarcal e sexista, tende a ter homens agressivos em lugares de poder. As mulheres transexuais e travestis profissionais do sexo, vivenciam estas violências policiais, onde Efreim Filho (2021, p. 36) traz:

(...) A violência policial contra prostitutas assemelha-se às práticas de violência policial cometidas corriqueiramente nas periferias dos grandes centros urbanos brasileiros, parte da constituição do problema da “violência urbana” como justificativa inescusável para o exercício do controle sobre sujeitos, corpos e territórios profundamente radicalizados.

Os casos de transfobia são executados por homens que não tem medo da punição. São executados em plena luz do dia, ao redor de outras pessoas e até mesmo em ambientes governamentais. No dia Internacional da mulher, 08 de março de 2023, o deputado bolsonarista eleito, Nikolas Ferreira (2023),

²⁷ Matéria do Estado de Minas: “VÍDEO: mulher leva tapa de PM após pedir ajuda por sofrer transfobia”.

Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/02/09/noticia-diversidade,1455576/video-mulher-leva-tapa-de-pm-apos-pedir-ajuda-por-sofrer-transfobia.shtml>

durante sessão oficial na Câmara dos Deputados, fez um show de transfobia explícita²⁸.

O mesmo ao discursar, coloca uma peruca loura e afirma que agora era mulher, suas falas: “hoje é o Dia Internacional das Mulheres. A esquerda disse que eu não poderia falar porque eu não estou no meu lugar de fala. Então, eu solucionei esse problema. Hoje eu me sinto mulher. Deputada Nikole”, disse o parlamentar após colocar a peruca para ridicularizar as mulheres trans.

Em uma das respostas às falas transfóbicas, é de ressaltar o que foi dito pelas parlamentares Erika Hilton (SP) e Duda Salabert (MG), às primeiras deputadas trans e travestis a assumir tais cargos e que estavam presentes no ato de transfobia cometido por Nikolas Ferreira. Erika Hilton ²⁹(2023) discursa na Câmara dos Deputados:

“(…) Quero demarcar hoje também a importância da semana, do mês das mulheres, que não é só em março, mas é durante todos os anos, aonde nós mulheres nos mais diversos grupos sociais, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres transexuais, mulheres trabalhadoras, mulheres do campo, lutamos arduamente pela construção de um modelo de sociedade que nos respeite, que nos inclua, em frente à misoginia e a violência praticada contra nós. É um chamado ao parlamento brasileiro ao olhar para as políticas para as mulheres, pra vida das mulheres, e se comprometerem cada vez mais na construção de uma sociedade melhor e mais digna para todas nós, é preciso enfrentar a violência que nos acomete, lembrar que ainda vivemos no primeiro país do mundo, que mais mata e mata de forma cruel, violenta, mulheres como EU, meninas como EU, que aos 13 e 14 anos de idade, assim como eu presidente Maria, foi jogada para as ruas viver da prostituição, 90% de nós. (...) Que possamos ter uma legislatura que se preocupe com a equidade, que se preocupe com a

²⁸ O Estado de Minas fez uma matéria referente ao crime cometido pelo deputado: “Dia Internacional da Mulher: Nikolas Ferreira ultrapassa todos os limites”, por RICARDO KERTZMAN.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/colunistas/ricardo-kertzman/2023/03/08/interna_ricardo_kertzman,1466333/dia-internacional-da-mulher-nikolas-ferreira-ultrapassa-todos-os-limites.shtml

²⁹ Fala retirada de post em seu Instagram, do discurso feito na tribuna da Câmara. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/Cpi1kpxgoHf/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso no dia 12/03/2023.

paridade, e não transforme as pautas que são sobre a nossa vida em guerras ideológicas (...). Que a nossa chegada aqui possa ter um papel revolucionário e transformador no cenário político, mas também em toda sociedade brasileira, viva o povo brasileiro, mas em especial, viva as mulheres guerreiras e de lutas no nosso Brasil (...).”

Dando continuidade, a deputada Duda Salabert³⁰ (2023) também fez um discurso após o transfóbico, ao subir para discursar na Câmara dos Deputados, ela diz:

“Hoje no Dia das Mulheres, é importante lembrar que o Brasil há quatorze anos consecutivos, é o país que mais mata travestis e transexuais do planeta e que 80% desses assassinatos ocorreram e ocorrem com a violência exagerada, hiperbolizada. Dificilmente uma travesti é morta com um tiro só no Brasil, só com uma facada. É crime de ódio, e é essa estrutura de ódio que nos exclui do mercado formal de trabalho, já que 90% das travestis estão na prostituição, é essa estrutura de ódio que nos exclui da sala de aula, porque 91% das travestis e transexuais não concluíram o ensino médio; é essa estrutura de ódio que nos exclui do espaço político (...), porque seu ódio não foi capaz de frear que a deputada federal mais votada da história de Minas Gerais é uma travesti, que a vereadora mais votada da história de Belo Horizonte é uma travesti, e que temos duas travestis aqui, somos as primeiras de muitas (...).”

A luta pela mudança deste cenário já acontece há um tempo, mas ainda não está perto de acabar. As instituições e organizações governamentais que englobam a esfera estatal, são responsáveis pela elaboração, implementação e execução de políticas públicas, sociais e da saúde, leis e regulamentações que afetam a vida das pessoas em uma sociedade.

Ao falar sobre leis que asseguram os direitos e protegem as mulheres transexuais e travestis no Estado brasileiro, há um número considerável para ser citado:

Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006): Esta lei protege as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, incluindo as mulheres trans; Lei de Cotas para Transgêneros no Serviço Público

³⁰ Fala retirada de post em seu Instagram, do discurso feito na tribuna da Câmara. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/Cpi75muJjyy/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso dia 12/03/2023.

(Lei nº 8.112/1990): Esta lei estabelece a reserva de vagas para pessoas trans em concursos públicos para cargos efetivos na administração pública federal; Lei de Discriminação Racial e de Gênero (Lei nº 7.716/1989): Esta lei proíbe a discriminação por motivo de raça, cor, etnia, religião, origem nacional ou gênero, incluindo a discriminação contra as mulheres trans; Lei do Nome Social (Decreto Nº 8.727/2016 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT): Esta lei determina que todas as instituições públicas devem respeitar o nome social das pessoas trans em todos os atendimentos e serviços, inclusive nas escolas e universidades. (BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006/ BRASIL, Lei nº 8.112, de 16 de outubro de 2022/ LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989/ DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016.)

São avanços em questão de visibilidade para a causa, constituídos após um cenário de muita luta e esforço para que estas leis estejam vigentes nos papéis. As leis que de fato são realizadas no dia a dia da pessoa transexual são as que respaldam questões mais pessoais, como conseguir a retificação de gênero, a mudança pelo nome que lhe reconhece, podendo mudar seus documentos oficiais.

Como passado anteriormente, as leis não asseguram muita coisa no quesito de segurança para as mulheres trans, ao existir uma estrutura estatal, que no evolver das pessoas representantes pela execução destas leis e responsáveis pela segurança da sociedade, não são ensinados e treinados para proteger e assegurar o direito dessas mulheres, e é por este cenário que ainda há muita luta para melhora.

2.3. MERCADO DE TRABALHO E AS MULHERES TRANS

O mercado de trabalho torna um ambiente extremamente difícil para as mulheres trans e travestis na sociedade brasileira, devido a toda discriminação e preconceito que seus corpos sofrem. A dificuldade começa a partir do momento em que as mesmas não encontram trabalhos formais no mercado de trabalho que as contratem - existência de vagas existe, o que falta é a contratação das mesmas - onde muitas, necessitam partir para as ruas sem uma outra opção.

Devido a todo o preconceito e discriminação que esta sociedade capitalista reproduz sobre seus corpos, uma pessoa transgênero, em sua grande parte, não tem a aceitação dos seus pais e familiares em casa. Com isso, muitas são expulsas de seus lares, e ao não ter oportunidades de emprego formal, necessitam ir para a prostituição.

O mercado de trabalho está cada vez mais concorrido e exigente, o que afeta a sociedade brasileira como um todo. Segundo o IBGE (2022), o Brasil terminou o ano com uma taxa de desemprego entre 7,9%, em torno de 8,6 milhões de pessoas. Mas deve ser colocado em conta que este cenário é mais bruto e cruel com as mulheres trans, visto que a falta de reconhecimento e de visibilidade ainda afetam a conduta do mercado, influenciando na contratação das mesmas.

Segundo levantamento da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em 2020 constatou que apenas 13,9% de mulheres trans e travestis possuem empregos formais. A pesquisa foi realizada com 528 mulheres trans que trabalhavam em sete cidades paulistas. E, ao comparar com os homens transexuais, mesmo a taxa ainda sendo baixa, há uma porcentagem bem maior em relação a obtenção de empregos formais, totalizando 59,4%.

Sinaliza que em todas as condições que o capitalismo sobrepõe, a diferença de gênero ainda é alarmante e, a desigualdade espelha em tempos atuais, dentro das empresas. Para Jaqueline Gomes de Jesus na revista POLI (2023, p.17):

“Diferentes dados mostram que a população trans no Brasil está muito restrita, por exemplo, ao trabalho sexual, principalmente quando se é uma mulher trans travesti. Vejo que um primeiro ponto é reconhecer a intersetorialidade de que questões de saúde da população trans decorrem do fato de que ela, muitas vezes, vive de forma precária em espaços em que ela foi desvinculada da família de origem, em que ela até tem laços, tem uma rede, mas pode ser que essa rede não seja suficiente para os cuidados dela em saúde”

Já para Bruna Benevides (2022, p. 17), primeira mulher trans na ativa da marinha brasileira, explica que a questão da empregabilidade é tão fundamental quanto a questão da violência:

“A gente perde a capacidade de ter renda, de ter dignidade, de poder contribuir inclusive para o próprio funcionamento, avanço, melhoria da

sociedade como um todo. Quando a gente olha sobretudo o recorte de gênero, raça e classe, temos uma população de travestis e mulheres trans que em geral está sendo levada para a prostituição, e vemos os impactos disso na expectativa de vida dessas pessoas que já é muito baixa, que é essa média de 35 anos. A gente vê que a dificuldade de acesso ao emprego, que empurra essas pessoas para a prostituição e/ou para precarização”

Este cenário é uma consequência da esfera capitalista que encontra no Brasil, a falta da aceitação e contratação em empregos formais para as mulheres trans e travestis são o que as levam a parar nas ruas e em resultado disso, é a causa da maior porcentagem de suas mortes. Segundo a ANTRA (2022, p. 40) pelo menos 54% dos assassinatos foram executados contra travestis e mulheres trans que atuam como profissionais do sexo³¹, as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem a essas profissionais.

Além de todas as questões da falta da inserção de seus corpos dentro do mercado formal para estas mulheres, deve-se pensar que o mercado não tem uma estrutura para as receber também. O preconceito enraizado torna o ambiente de trabalho, um ambiente de preconceito e transfobia para seus corpos.

Visando analisar esta estrutura do mercado de trabalho, O’Hara et al. (2013) realizaram uma pesquisa para tentar entender a compostura de pessoas heterossexuais cisgêneros se uma transexual/travesti entrasse em sua empresa. Os resultados obtidos revelaram que todos os participantes mencionaram que inicialmente se sentiram incompetentes para trabalhar com pessoas transexuais por causa de sua falta de exposição e conhecimento.

As pessoas cis heterossexuais no ambiente de trabalho tendem se afastar de minorias, o preconceito no mercado de trabalho existe em todo seu complemento, e no caso das mulheres trans não é diferente, por meio dos estigmas existentes, contribuindo para que essa parcela da sociedade seja submetida a condição invisibilidade e marginalização, até mesmo quando

³¹ Profissionais do Sexo: título concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego pela Portaria MTE n. 397, de 9 de outubro de 2002. CBO - (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÃO) Nº 5198 – 05.

conseguem adentrar neste mercado, elas passam por transfobia dentro dele e podem chegar a sair desses empregos formais.

O excluindo das mulheres trans no mercado de trabalho formal, que as levam a trabalhar como profissionais do sexo, além de colocar suas vidas em mais risco de violência, também as expõe a contrair IST's. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2021 o Brasil registrou 50 mil novos casos de infecção por HIV, fazendo o país chegar ao número de 960 mil pessoas vivendo com o vírus no país.

Na 24ª Conferência Internacional de Aids ocorrida em 2022, com o tema "Inclusão Trans na Política e Planejamento Nacional de HIV: Uma discussão colaborativa entre ativistas, pesquisadores e formuladores de políticas", Jennifer Sherwood (2022), gerente de políticas da amFar - (The Foundation for AIDS Research)³², iniciou a apresentação informando que mulheres trans tem 66 vezes mais probabilidade de estarem vivendo com HIV do que qualquer outro adulto³³. Benevides (2023, p. 16) aponta na revista POLI:

O que precisa ser colocado em pauta é quais são os processos que colocam essa comunidade em alta vulnerabilidade para infecção por ISTs, sobretudo HIV e Aids, e aí, sim, a gente vai entender que a violência, a dificuldade de ingresso e manutenção no mercado formal de trabalho, todos os processos e estigmas sociais que são colocados sobre a nossa comunidade, que familiares que precisam ter um olhar atento e acolhedor sobre aquelas pessoas acabam também tendo uma responsabilidade de contribuir para tirar a humanidade dessa parcela da nossa comunidade trans. Eu acho que é um desafio muito grande.

A exposição desses trabalhos não formais, que exploram seus corpos, a colocam em um cenário amplo de risco e violência. A urgência e necessidade da ampliação do mercado de trabalho para que haja contratação de mulheres trans e travestis é vista diariamente.

³² Fundação Americana para a Pesquisa da AIDS, uma das principais organizações sem fins lucrativos do mundo, dedicada ao apoio à pesquisa da AIDS, prevenção do HIV, educação para o tratamento e defesa.

³³ Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/aids-2022-mulheres-trans-tem-66-vezes-mais-probabilidade-de-estarem-vivendo-com-hiv-em-relacao-a-outros-segmentos-da-populacao/#:~:text=Aids%202022%3A%20Mulheres%20trans%20t%C3%AAm,segmentos%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%93%20Ag%C3%AAncia%20AIDS>. Acesso dia 17/03/2022

Mas para que este cenário mude, e essas mulheres possam se inserir no mercado de trabalho formal, uma mudança entre a sociedade também é necessária. Não adianta a existência de vagas de empregos se seus corpos não são aceitos para os mesmos, nem se quando aceitos serão taxados para discriminação e transfobia nos estabelecimentos. Para que seus nomes e gênero sejam respeitados.

Desta forma, deve-se ressaltar a urgência da mudança do mercado de trabalho, mas também da vida em sociedade, nenhum tipo de transfobia deve ser aceito. Mulheres trans e travestis merecem o direito da possibilidade de poderem escolher onde querem trabalhar, sem sofrer nenhum tipo de violência nesses ambientes.

3. AS CONQUISTAS E AVANÇOS DAS MULHERES TRANSEXUAIS/TRAVESTIS NO BRASIL JUNTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS, SOCIAIS E DA SAÚDE

Neste capítulo, será mostrado lutas, avanços e ocupações das mulheres transexuais e travestis na sociedade brasileira, lutando por seus direitos para uma sociedade mais igualitária. Suas vitórias na conquista de direitos, saúde pública, social e de saúde, e suas ocupações em cenários importantes. Mostrando seus rostos, para sempre serem lembradas.

Em seguida, o assistente social como intermediário na garantia de direitos da população trans e travesti brasileiro. Guiado por suas orientações profissionais e seu código de ética, ele pode garantir uma melhora no cenário que se encontra essas mulheres no Brasil.

3.1. LUTAS, AVANÇOS E OCUPAÇÃO DAS MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA EM BUSCA DE SEUS DIREITOS

As mulheres trans e travestis enfrentam inúmeros desafios na sociedade brasileira em sua busca por direitos como cidadãs. A luta por igualdade e inclusão é um processo contínuo, que envolve avanços significativos, mas também retrocessos e obstáculos.

Entre os avanços, pode-se destacar a aprovação do uso do nome social em documentos oficiais, a garantia do direito à mudança de gênero em cartórios, a inclusão de travestis e mulheres transexuais no sistema de cotas em universidades públicas, entre outras conquistas legais. Além disso, a luta das mulheres trans e travestis têm ganhado maior visibilidade nos últimos anos, com a participação ativa em movimentos sociais e debates públicos.

É a partir de cenários de lutas e manifestações, que estes avanços são conquistados, não sendo diferente do reconhecimento do dia que é celebrado o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Erika Farias (2023, p. 12), traz na matéria exclusiva do mês da visibilidade trans, como foi dado a conquista e visibilidade das pessoas transexuais ao se manifestarem para serem enxergadas (os) e respeitadas (os):

Instituído em 2004, a partir de um ato nacional organizado para o lançamento da campanha “Travesti e Respeito”, no Congresso Nacional, o 29 de janeiro faz alusão ao dia em que um grupo de ativistas formado por 27 travestis, mulheres e homens trans foram até Brasília reforçar a importância do respeito à diversidade. Desde então, a data tem marcado um movimento em busca da garantia de direitos dessas populações, de forma a garantir um acesso à saúde em seu sentido mais abrangente: aquele que entende que ela é resultante das condições de educação, habitação, renda, trabalho, emprego, entre diversos outros determinantes sociais. Direitos fundamentais para além de pessoas trans e travestis – direitos humanos.

Em agosto de 2008, obtive a Portaria nº 1.370 assinada pelo secretário executivo da Saúde, em que aprovou-se realizar cirurgias de redesignação³⁴ sexual para mulheres e homens transexuais pelo SUS.

Conforme a resolução, os tratamentos foram registrados na tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do SUS.

Um grande avanço para a comunidade, pelo sistema que conseguiu compreender como uma questão de saúde pública e na vida das pessoas transexuais que podem conseguir de forma gratuita uma cirurgia fundamental em suas vidas.

³⁴ Procedimento cirúrgico inserido no processo transexualizador, com o objetivo de readequar os órgãos genitais ao gênero ao qual o paciente transexual se identifica.

Outra grande vitória no campo das políticas públicas, foi o processo transexualizador, fundado pela Portaria nº 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 e ampliado em 2013 pela Portaria nº 2.803, do MS, que garante o acesso a procedimentos como terapias hormonais (harmonização), cirurgias de modificação corporal e genital, assim como acompanhamento multiprofissional (ERIKA, 2023, p. 11).

Vale ressaltar quais são as exigências básicas para o acesso do processo transexualizador no Brasil, onde Erika (2023, p. 14) sinaliza:

São requisitos básicos para acesso ao processo transexualizador ser maior de 18 anos para iniciar o processo terapêutico e realizar hormonioterapia; maior de 21 anos para cirurgias de redesignação sexual, com indicação médica; e avaliações psicológicas e psiquiátricas durante um período de dois anos, com acompanhamentos e diagnóstico final que pode encaminhar ou não a paciente para a cirurgia. Hoje no Brasil há, de acordo com o MS, cinco hospitais habilitados a realizar cirurgias de transgenitalização pelo SUS, cerca de seis ambulatórios do SUS e 22 ambulatórios das redes de saúde estaduais.

Segundo Arán, Zaidhaft e Murta (2008), a assistência terapêutica irá buscar a integração entre o corpo e a identidade sexual psíquica do indivíduo que procura o serviço, enquanto a assistência diagnóstica passa a ser uma condição para a realização do procedimento, fazendo com que a realização da cirurgia para redesignação do sexo só aconteça após o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar por no mínimo dois anos, pré/pós-cirurgia. (BRASIL, 2008a)

Instituída pela Portaria nº 2.836, de dezembro de 2011, a Política Nacional de Saúde Integral Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, tem o objetivo geral de promover a saúde integral da população LGBTQIA+. Com a tentativa de eliminação da discriminação e o preconceito institucional e auxiliando para a redução das desigualdades e para a preservação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

Em sociedade, entende-se que a saúde é um dever do Estado e direito fundamental da população brasileira, que deve ser garantido a todos sem discriminação, e mesmo com a construção da Política Nacional de Saúde

Integral LGBTQIA+, transexuais ainda encontram dificuldades no acesso de serviços públicos de saúde. (SAMPAIO; GERMANO, 2017)

Entre os avanços, em maio do ano de 2019, durante a 72ª Assembleia Municipal da Saúde, em Genebra, a transexualidade deixou oficialmente de ser considerada uma doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mesmo sendo tardiamente, não deixa de ser uma vitória, após ter sido tratada na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID)³⁵ como transtorno mental durante 28 anos.

O reconhecimento do nome social garantido pelo SUS como citado anteriormente, deve ser um destaque em relação aos avanços da comunidade transexual na sociedade brasileira.

Para muitas pessoas este fator pode ser considerado como algo pequeno, mas ter o nome respeitado e ser atendido (a) por ele, pode salvar a vida de uma pessoa transgênero. Erika (2023, p. 14) traz:

Uma pesquisa intitulada “O uso do nome escolhido está ligado à redução dos sintomas depressivos, ideação suicida e comportamento suicida entre jovens transgêneros”, publicada pelo Journal of Adolescent Health, entrevistou 129 jovens transgêneros, transexuais e com outras identidades sobre o contexto do nome social em suas vidas. O resultado mostrou que quem pode usar o nome social nos ambientes em que frequenta apresenta até 71% menos sintomas de depressão, pensa 34% menos em suicídio e tem o risco de tirar a própria vida reduzido em 65%, em comparação às pessoas que não têm seus nomes sociais respeitados. Regulamentada pelo Decreto Presidencial Nº 8.727/2016, a utilização do nome social permite que pessoas trans sejam tratadas socialmente e institucionalmente pelo gênero com o qual se identificam no âmbito da administração pública federal.

³⁵ A CID é um sistema de códigos para enfermidades, problemas de saúde e lesões, atualizada periodicamente pela OMS. Pela nova edição da CID 11, a transexualidade passa a integrar agora a categoria de “condições relacionadas à saúde sexual”, sendo classificada como “incongruência de gênero”, ou seja, um sentimento de profunda angústia devido ao conflito entre a identidade da pessoa e o gênero a ela atribuído no nascimento. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poli_87_web.pdf

Mostrando a importância e necessidade de a sociedade como um todo respeitar o nome que uma pessoa transexual apresenta e nunca referir a mesma pelo “nome morto”³⁶.

Ao falar de avanços e ocupações, destaca a notável presença que mulheres transexuais têm tomado em cenários políticos e artísticos. Seus corpos têm sofrido uma menor desmarginalização e sendo reconhecidos e particularmente aceitos na sociedade brasileira. As grandes emissoras passam por esse processo de reconhecimento e finalmente dá palco para que seus talentos possam ser expostos.

Este cenário de conquistas necessita ser lembrado, seus rostos e suas histórias merecem destaques, pois para chegar nos lugares que elas vêm ocupando não foi e nem é fácil. É através de muita luta que seus corpos conquistam seus espaços para obter ainda mais justiça e direitos para sua própria comunidade.

A visibilidade para as mulheres trans e travestis ajuda a sensibilizar a sociedade para as questões enfrentadas pelas mesmas, a combater a discriminação e a promover a igualdade de direitos para essa população. Sendo crucial para combater o preconceito e a discriminação, aumentar a aceitação e promover a igualdade de direitos para as pessoas trans.

E, por isso, segue abaixo, seus rostos, profissões e um pouco das jornadas de corpos transexuais e travestis femininos que vem ocupando importantes espaços no cenário brasileiro, para sempre serem vistas e lembradas:

³⁶ É o uso do nome civil ou nome anterior de uma pessoa transgênero sem o seu consentimento.



Figura 3 Benny Briolly

Foi a primeira assessora parlamentar transexual a trabalhar no Legislativo da cidade do Rio de Janeiro em 2016.

Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/17/quem-e-benny-briolly-a-primeira-vereadora-trans-eleita-em-niteroi-rj>. Acesso dia 16/03/2023



Em 2018 se tornou a quarta mulher mais votada em MG para senadora, sendo a primeira mulher travesti a concorrer na história de Minas Gerais.

Em 2020, tornou-se a primeira transexual eleita em Belo Horizonte e a pessoa mais votada da história das eleições municipais da capital mineira.

Disponível em:

<https://www.record.com.br/autores/duda-salabert/>. Acesso em: 16/03/2023.



Figura 4. Erica Malunguinho da

Educadora, artista plástica e política brasileira. Em 2018, foi eleita deputada estadual por São Paulo, sendo a primeira mulher transgênero da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Disponível em:

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>

Figura 5. Duda Salabert



Cantora, compositora e atriz, ela atende pelo nome artístico Linn da Quebrada. Destaque no cenário artístico dos últimos anos, através da sua música, comentários e estilo de vida, Lina quebra paradigmas. “Não sou homem, nem sou mulher, sou travesti”. Disponível em: <https://metropolitanafm.com.br/linn-da-quebrada>. Acesso em 16/03/2023

Figura 6. Lina Pereira dos Santos



Negra e transvestigênera, foi a mulher mais bem votada em 2020 em todo o país, a mais votada do PSOL e é a primeira trans eleita para a Câmara Municipal paulistana, com mais de 50 mil votos. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/erika-hilton/>. Acesso dia 16/03/2023.

Figura 7. Erika Hilton



Artista visual míope e transgenere. Efe pesquisa hibridismo em suas mais variadas linguagens, com ênfase em recortes de memórias da infância e fabulações espontâneas. Nascida em Sete Lagoas (MG), vive e trabalha em Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.setedias.com.br/noticia/entrevista/98/efe-godoy-e-o-direito-adquirido-de-renascer-%E2%80%9Cmulher%E2%80%9D/27507>. Acesso no dia 16/03/2023.

Figura 8. Efe Godoy,



Mais conhecida como Liniker, é uma cantora, compositora e atriz brasileira. Liniker venceu Grammy Latino em 2021 e fez história na MPB: "Primeira artista transgênero". Liniker, em entrevista para a revista Claudia, disse que começou a se entender como mulher depois de conviver com a cantora Linn da Quebrada, elas estudaram Teatro juntas em Santo André em 2014. Disponível em: <https://metropolitanafm.com.br/liniker>. Acesso dia 16/03/2023.

Figura 9. Liniker de Barros Ferreira Campos



Nascida em Uberlândia e rica em um estilo autêntico e cheia de atitude, vem ganhando reconhecimento por todo o Brasil, sendo destaque em eventos nacionais com sua música e em passarelas. Disponível em: <https://www.melinatavares.com.br/clientes/urias/>. Acesso dia 16/03/2023.

Figura 10. Urias



Foi 1ª mulher trans a passar por cirurgia no SUS: "Briguei, lutei, corri atrás". Após uma jornada de quase três anos, dezenas de laudos médicos e finalmente a autorização de um juiz. Com isso, abriu portas: em 2018, o SUS realizava em média 57 procedimentos do tipo por ano. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/01/29/bianca-magro.htm>. Acesso dia 16/03/2023

Figura 11. Bianca Magro

Em 1992, marca a história do Brasil ao ser a primeira travesti a se eleger para um cargo político. Kátia Tapety, travesti, negra, residente no município de Colônia do Piauí, 388 quilômetros ao sul da capital Teresina, ingressou no Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), pelo qual foi eleita vereadora em 1992, 1996 e 2000, sempre como a mais votada. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/historia-queer/em-1992-katia-tapety-foi-a-primeira-travesti-eleita-na-politica-do-brasil/>. Acesso dia 16/03/2023

Figura 12. Kátia Tapety,



*Laerte Coutinho (São Paulo, Brasil, 1951). Cartunista, ilustradora e roteirista. Uma das mais importantes cartunistas do Brasil é criadora de personagens emblemáticos como os Piratas do Tietê, Hugo Baracchini e Overman. Com um humor ao mesmo tempo refinado e mordaz, explora temas relevantes da existência humana. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa24989/laerte>. Acesso dia 16/03/2023. **Figura 13.** Laerte Coutinho*

Duda



Benny Briolly, Bianca Magro, Salabert, Efe Goodoy, Erica Malunguinho, Erika Hilton, Kátia

Tapety, Laerte Coutinho, Lina Pereira, Liniker de Barros e Urias. Essas são algumas das mulheres transexuais que marcaram e marcam o cenário brasileiro, são símbolos de muita luta, de finalmente conseguirem ser vistas pela sociedade, onde exigem sua aceitação nos espaços que as lhe pertence como qualquer cidadão.

O movimento trans tem ganhado cada vez mais visibilidade na sociedade brasileira, seus rostos estão sendo vistos, graças aos lutadores e lutadoras que abraçam o movimento, onde vê uma nítida melhora. Apesar disso, ressalta a demora e os pequenos números e casos de sucesso de mulheres transexuais em uma população tão vasta em solo brasileiro

A luta pela igualdade deve continuar, as leis e políticas existentes devem ser de fácil acesso para essa população. Novas políticas e o facilitismo do acesso ao direito humano dessas mulheres deve ser buscado e ofertado pelo Estado e os órgãos que o constitui. A luta do movimento não pode ser somente de quem sofre a discriminação, deve ser de um todo, de toda a comunidade, e principalmente dos profissionais que cabe em sua profissão assegurar os direitos de cada cidadão.

3.2. O ASSISTENTE SOCIAL COMO INTERMEDIÁRIO NA GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES TRANS E TRAVESTIS

A atribuição do assistente social está diretamente ligada ao acesso das pessoas em sociedade brasileira a questões de saúde, educação e direitos humanos. Sendo responsável por garantir o bem-estar dos sujeitos e grupos, seja no âmbito social, físico ou psicológico. IAMAMOTO (1997, p.14), estabelece o objeto do Serviço Social nos seguintes termos:

“Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”.

Desta forma, é incontestável a inserção da intervenção dos profissionais assistentes sociais, no âmbito das desigualdades sociais, ou, mais amplamente,

da questão social³⁷. De acordo com Iamamoto (2000), a questão social é formada pelo conjunto de expressões das desigualdades na sociedade capitalista, as quais emergem em consequência da socialização da produção, enquanto a apropriação dos seus frutos é feita apenas por uma pequena parcela da sociedade. Vale ressaltar que o atendimento da população trans passa pela atenção básica, onde assistentes sociais atuam, Erika (2023, p. 14):

O atendimento à população trans é formado pela atenção básica, que oferece o primeiro contato com o sistema de saúde, avaliações médicas e encaminhamentos; e a atenção especializada, que pode ser ambulatorial, com acompanhamento psicoterápico e hormonioterapia; e hospitalar, para a realização de cirurgias. Este processo garantiu que muitas pessoas trans e travestis pudessem realizar modificações em seus corpos sem colocar sua saúde em risco.

Iamamoto (2009, p. 29) destaca que as/os assistentes sociais, como “[...] cidadãos e trabalhadores, tornam-se parte de um ‘sujeito coletivo’, que partilha concepções e realizam, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política”.

Fundamentos estes que abrangem a sociedade como um todo, mas ressaltando a sua fundamentalidade para os corpos trans brasileiros, em garantir seus direitos em sociedade.

Apesar da discussão sobre as questões de gênero serem recentes em eventos científicos do Serviço Social, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ela sempre esteve presente em sociedade e sua mobilização dentro do curso é fundamental e necessária.

O que acontece com os corpos das mulheres transexuais e travestis em sociedade brasileira, é mais uma forma de expressão da questão social. Ao prevalecer um modo econômico capitalista vigente na sociedade, que é reconhecido pela sua desigualdade social, pelo patriarcalismo e machismo ainda

³⁷ A questão social é o entorno que gera a manifestação da desigualdade, a luta pelos direitos sociais e de cidadania em uma sociedade. CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77):

“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

existente dentro dele, se reproduzindo constantemente, e é apropriada pelas relações sociais capitalistas, “[...] funcionando de modo favorável à exploração da força de trabalho e, quando necessário, à reprodução do conservadorismo” (Cisne; Santos, 2018, p. 44), onde atinge diversas minorias, como a comunidade LGBTQIAP +, em especial as mulheres trans e travestis, que se tornam alvo de preconceito, discriminação, violência e assassinato.

O estado de subalternidade das mulheres trans e travestis, é extremamente naturalizado em sociedade, não são mulheres vistas. Elas estão em sociedade, ocupam os espaços, são assassinadas todos os dias, mas é como algo autonomizado dos processos de dominação e exploração presente no capitalismo. Os assistentes sociais ao presenciarem órgãos competentes infringindo seus direitos e não prestarem apoio a esta população, tem como seu dever prestar denúncia aos mesmos, segundo seu Código de Ética (1993, p. 34-35):

(...) denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta 35 Código de Ética de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã;(...).

. Na tradição marxista, em grande parte, são inseridas apenas como algo da esfera da cultura, como se fosse um assunto que não se pode falar sob pena de fracionar a realidade e dividir a compreensão de classe social. Este sistema, faz de tudo para abafar os casos de transfobia existentes no Brasil, onde grande parte da população não trata seus casos de violência e assédio como uma questão pública.

O assistente social desempenha um papel crucial neste cenário, pois é ele que poderá traçar formas para a obtenção de direitos dessas cidadãs. Conforme lamamoto (2000), as bases teórico-metodológicas funcionam como meio para decifrar a realidade de forma crítica e, assim, direcionar a ação profissional de acordo com a realidade concreta.

O Código de Ética (1993, p.23-24) do assistente social tem como Princípios Fundamentais de sua profissão:

(...) defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; (...) empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; (...) garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; (...) . Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Essas mulheres são frequentemente alvo de discriminação e violência, o que acaba levando a uma série de problemas sociais, econômicos e de saúde. O assistente social tem uma estrutura acadêmica para lidar de forma concreta com realidades múltiplas de forma crítica, com o intuito de garantir ao seu usuário seu melhor atendimento na obtenção de seus direitos.

O assistente social pode colaborar com essas mulheres de diversas maneiras, como, garantindo o acesso a serviços de saúde, ele pode auxiliar as mulheres trans e travestis a acessar serviços de saúde que atendam às suas necessidades específicas, como a terapia hormonal ou a cirurgia de readequação sexual. O assistente social também pode auxiliar a lidar com os desafios emocionais e psicológicos, encaminhando para psicólogos da área, associados a esses processos.

O assistente social pode assistir as mulheres trans e travestis a acessar serviços sociais, como assistência financeira, moradia e emprego. Isso pode ser especialmente importante para aquelas que enfrentam discriminação no mercado de trabalho ou que foram expulsas de suas casas. As tirando do cenário da rua, que é um dos maiores causadores de suas mortes.

Através dos assistentes sociais, essas mulheres podem acessar serviços legais, como assistência jurídica e orientação sobre seus direitos. Isso pode ser

particularmente importante para aquelas que enfrentam discriminação no sistema de justiça criminal ou que enfrentam ameaças à sua segurança.

Na educação e conscientização da sociedade, a educar a comunidade sobre as questões enfrentadas pelas mulheres trans e travestis, aumentando a conscientização e a compreensão de seus corpos. Cria-se um núcleo a combater a discriminação e o preconceito vivenciados em sociedade, um ambiente mais inclusivo e seguro para essas mulheres, quebrando o conservadorismo impregnado e restaurando um conhecimento amplo, fora da bolha conservadora.

Para que uma mudança aconteça, os serviços públicos necessitam implementar ações que discutam e debatam em sociedade a existência das pessoas trans. Este assunto é tratado como um tabu a tantos anos que só reforça o preconceito e a discriminação para essa comunidade.

Com o fim de que a violência e a discriminação em seus corpos acabem, as pessoas necessitam ter um acesso ao conhecimento de seus corpos, e desassociar a esta imagem de promiscuidade, pecado e sexualizada que existe em cima dos mesmos.

Em conclusão, o comprometimento do Serviço Social, em prol dos direitos da população trans e travesti, fica evidenciado nos marcos legais e na estrutura teórica que direcionam a profissão.

Concretizar esses direcionamentos e fortalecer essa luta, no país que mais mata pessoas trans e travestis (Benevides; Nogueira, 2020), desafios diários que ultrapassam o círculo profissional.

Atentando, é possível pensar, em conjunto com outros profissionais e com as/os usuárias/os dos serviços que ocupam cargos dentro do SUS e órgãos públicos, estratégias e possibilidades de atuação que tenham a competência de transformar a realidade que encontra a comunidade trans no Brasil, sem perder de vista os limites impostos ao profissional de Serviço Social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante ao exposto, fica evidenciado o crítico cenário que as mulheres trans encontram na sociedade brasileira. Para que uma mudança seja realizada é necessário a união de todos, não somente do movimento LGBTQIAP +, mas também dos profissionais assistentes sociais, que visam garantir os direitos dos cidadãos.

A existência da violação de seus direitos e a falta de garantia dos mesmos está na realidade de cada pessoa trans em sociedade brasileira. É uma questão das políticas públicas e sociais a obtenção de dados por uma instituição nacional para respaldar todas as questões que transpassam os corpos transexuais no Brasil. Ressalto a importância de registros feitos por um instituto público, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Através de levantamentos feitos por organizações nacionais, mais dados poderiam ser representados ao falar de toda a comunidade trans, assim, uma estatística mais realista que abrange toda a comunidade existente em território brasileiro. Sendo realizadas dentro dos municípios, estados e toda esfera federal.

Desta forma, um controle poderia ser feito para ver onde há mais criminalidade, homicídios, atos de transfobia, falta de alfabetização, número de pessoas trans que estão em situação de rua, as que se encontram fora do mercado de trabalho formal, os índices de morte anuais e ter um controle da população trans existente no Brasil. Mostrando estaticamente a necessidade de medidas públicas serem tomadas pelo Estado para uma mudança.

A esfera estatal capitalista necessita expandir seu olhar para a sociedade como um todo, não somente para a visão binária heteronormativa e racial, compreendendo que a realidade do mundo e da sociedade brasileira não é somente cisgênero, heterossexual e branca. Onde possa implementar um governo que possa atender a todos, e não só ao que agrada seus olhos, mulheres trans e travestis são assassinadas todos os dias pela falta de políticas públicas que assegurem a segurança para as mesmas.

O mercado de trabalho deve ser inclusivo, e não somente isso, ele deve garantir que essa população não sofra nenhum tipo de preconceito e transfobia ao inserir nele. As mulheres trans e travestis necessitam sair das ruas e ter um

emprego formal, que as assegurem e as deixem em segurança. Para além das vagas de trabalho é necessário um avanço nos processos do mercado de trabalho que faça com que essas vagas sejam inclusivas e que possam dar o suporte necessário a comunidade trans.

As mesmas sofrem de acordo com a reprodução da divisão sexual existente no trabalho, em que é necessário explorar as atuais configurações existentes para a população Trans, pois grande parte das análises sobre essa divisão, é baseada nas relações sociais entre os sexos feminino e masculino (homens e mulheres), sem considerar as especificidades fora deste binarismo.

As políticas encontradas na sociedade brasileira necessitam de mudança. Erika Hilton (2021) em entrevista para a revista online Cult³⁸:

É muito difícil fazer política para os vulneráveis quando quem tem o poder olha para nós como vidas que não importam. (...) É preciso ir abrindo brechas para tentar minimizar os danos da política vigente. Uma política totalmente inclusiva ainda está longe. Eu tenho atuado para tentar consolidar a passos lentos, e a longuíssimo prazo, uma política de humanidade que renove o cenário. O máximo às vezes pode parecer o mínimo, mas o mínimo, para quem não tem nada, já é muita coisa.

Essas mudanças que ocorrem no cenário LGBTQIAP + tem sido de forma lenta, mas ainda assim, são motivos de comemoração. O espaço para a comunidade trans vem sendo mais debatido entre os meios políticos, mostrando a importância de se debater este tema e assegurar seus direitos.

Vejo também a importância de uma nova equipe de apoio a comunidade trans e travesti em solo brasileiro, onde poderia ser estabelecida nos estados e municípios. Uma equipe constituída por profissionais treinados e reeducando para poder lidar com suas demandas da melhor forma possível. Aparando suas necessidades e garantindo seu bem estar como cidadãos, garantindo seus direitos e ferramentas para que não tenha seus direitos retirados. Penso em uma equipe multidisciplinar, constituída por multiprofissionais, como: assistentes sociais, médicos, enfermeiros, advogados, psicólogos e psiquiatras.

³⁸ Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/a-vereadora-insurgente/>. Acesso dia 21/03/2023

Assim ressalto a importância do Serviço Social, diante da direção do atual projeto ético político, apoiado pelo método materialismo histórico-dialético como nosso “fio condutor”, primordial tanto quanto no que se refere na produção de artigos, estudo, revistas e conhecimentos relacionados às relações de gênero, diversidade sexual e raça, visando melhores formas de atender a população trans, tanto de âmbito público como privado, assegurando o melhor atendimento possível.

Em conclusão, destaco que este trabalho é uma soma da inquietação que me acompanha desde o momento que me compreendi como pertencente à comunidade LGBT, e vivenciei o apagamento sofrido pela comunidade trans dentro da comunidade e dentro da sociedade. Ao cursar um curso que visa a garantia de direitos de cada cidadão, veio também o questionamento do por que este curso não abrange para a comunidade Trans da forma que poderia. São mulheres mais que visíveis, são plurais, fora da caixa, diversas, e merecem a liberdade de poderem ser quem almeja ser. Para isto, uma mudança precisa acontecer.

REFERÊNCIAS

- ARÁN, M.; Zaidhaft, S.; Murta, D. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia e Sociedade*, Recife, v. 20, n. 1, p. 70-79, 2008.
- AMARAL, M., S., Cruz, K., O., Silva, T. C., Toneli, M. J. F. (2014) “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 301-311.
- ARAÚJO. Jackeline. O CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE MUDANÇAS. 2015. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis SC, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181339/Eixo_2_97_3%20correto.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Os%20C%3%B3digos%20de%20%20C3%89tica%20da,categoria%20profissional%20em%20cada%20tempo. Acesso em: 01 de mar. 2023.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- BENTO, B. Brasil: país do transfeminicídio. Centro Latino-americano em sexualidade e direitos humanos (CLAM), 2014.
- BRAZ. Marcelo. Notas sobre o Projeto ético- político da profissão. In: CRESS/ 7ª. região. Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro, CRESS/ 7ª. Região, 2005
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília:

Ministério da Saúde, 2015. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

Butler, Judith. 2004. *Undoing Gender*. New York/London: Routledge

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil [livro eletrônico]* / Mirla Cisne. – São Paulo: Cortez, 2015.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social* São Paulo: Cortez, 2018. v. 8. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

Código de Ética profissional do/a Assistente Social. Lei. 8662/93 de regulamentação da profissional. 4 ed. Brasília: Conselho. Federal de Serviço Social, 1993.

de Orientação, Comissão. "CRESS-MG."

DINIZ, Maiana, OS DESAFIOS DA MULHER BRASILEIRA, em AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/mulherbrasileira>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

EFREM FILHO, Roberto. À Queima-Roupa: rebaixamento, prazer e desejo em casos de violência policial contra travestis. *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 3, p. 30-48, 2021.

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado. *Mercado de Trabalho para pessoas trans*. São Paulo: FAPESP 2022.

FARIAS, Erika. Um (longo) caminho para a saúde universal. *Revista Poli*, Rio de Janeiro, ANO XV – N°87, p. (12 a 18), jan./fev., 2023.

GONZAGA, Taynan Matheus; GALLAS, Ana Kelma Cunha Sousa. O Retrocesso no Combate da LGBTfobia no Brasil: O Preconceito Vivenciado Pela População LGBTI no Ambiente Escolar. *Filos. e Educ.*, Campinas, SP, v.11, n.2, p. 281-289.

JESUS, Jaqueline Gomes. Notas sobre as travessias da população trans na história. *Revista Cult*, 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pautapolitica/>>. Acesso em 28 de fev. de 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. Curso de especialização: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: [s. n], 2009.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade, educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes et al. (orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. (org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MARX, Karl. *O capital, Volume I* – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.

- MELO, Glayce Kelly Fieno. Não é só por peitos e coxas: a dignidade da pessoa trans para além do espelho. 2021.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 23-26, 2005.
- O'HARA, Caroline; DISPENZA, Franco; BRACK, Gregory; BLOOD, Rebecca A.C. The Preparedness of Counselors in Training to work with transgender clients: A mixed methods investigation. *Journal of LGBT Issues in Counseling*.v.7, n.3, pp. 236-256, 2013.
- SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P. "Tudo é sempre muito!": produção de saúde entre travestis e transexuais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p.453-472, 2017
- SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Revista E.I.A.L. Estudos Interdisciplinares de América Latina y El Caribe*. Universidade de Tel Aviv, [Tel Aviv], p. 1-16, 2005. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2023.
- SILVA, Guilherme de Andrade. DIVERSIDADE DE GÊNERO, VIOLÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DE UMA COMPREENSÃO AMPLIADA DO TEMA. UFES, Vitória – ES, 2018.
- SILVA, Tomas Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica*. *Educação e Realidade*. 20 (2), p.71-99, 1995.
- SCHUCMAN, Lia. Branquitude e privilégio. *Violência e Sociedade: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo Brasileiro*. 1ed. São Paulo: Editora Escuta, v. 1, p. 137-150, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise auto etnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>. Acesso em: 27 de fev. 2022.

Whittle, Stephen, Lewis Turner, e Maryam Al-Alami. 2007. Engendered Penalties: Transgender and Transsexual Peoples' Experiences of Inequality and Discrimination. Manchester: Press for Change/Manchester Metropolitan University.